

para implementação de modelo de preservação hipátia no tribunal de contas da união (tcu).".

Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: XV. Vigência: 27/12/2023 a 11/06/2025. Valor Total: R\$ 642.870,00. Data de Assinatura: 27/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2023 - UASG 240105

Nº Processo: 01280.000158/2023-48.

Pregão Nº 5/2023. Contratante: INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA-INPA. Contratado: 09.210.284/0001-15 - PREST SERVICE MAO-DE-OBRA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar administrativo e motorista, realizados de forma continuada nas diversas unidades administrativas e de pesquisa do instituto nacional de pesquisa da amazônia - inpa.

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 02/01/2024 a 02/01/2025. Valor Total: R\$ 82.089,63. Data de Assinatura: 27/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2023 - UASG 240105

Nº Processo: 01280.000158/2023-48.

Pregão Nº 5/2023. Contratante: INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA-INPA. Contratado: 01.232.642/0001-89 - LIMP CAR LOCACAO E SERVICOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar administrativo e motorista, realizados de forma continuada nas diversas unidades administrativas e de pesquisa do instituto nacional de pesquisa da amazônia - inpa.

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 02/01/2024 a 02/01/2025. Valor Total: R\$ 38.539,80. Data de Assinatura: 27/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2023 - UASG 240105

Nº Processo: 01280.000158/2023-48.

Pregão Nº 5/2023. Contratante: INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA-INPA. Contratado: 11.056.054/0001-95 - SARAM SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar administrativo e motorista, realizados de forma continuada nas diversas unidades administrativas e de pesquisa do instituto nacional de pesquisa da amazônia - inpa.

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 02/01/2024 a 02/01/2025. Valor Total: R\$ 85.052,90. Data de Assinatura: 27/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000002/2023 ao Convênio Nº 890661/2019. Convenientes: Concedente: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Unidade Gestora: 240106. Conveniente: FUNDACAO DE CIENCIA APLICACOES E TECNOLOGIA ESPACIAIS, CNPJ nº 51619104000110. O presente Termo Aditivo tem por objeto ajustar prazo de vigência/execução; cronograma de execução e Alteração no limite da DOA. Valor Total: R\$ 1.956.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 0,00, Vigência: 01/01/2024 a 31/10/2024. Data de Assinatura: 16/12/2019. Signatários: Concedente: CLEZIO MARCOS DE NARDIN, CPF nº ***.545.830-**, Conveniente: JOSIEL URBANINHO DE ARRUDA, CPF nº ***.217.848-**.

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2020 - UASG 240114

Nº Processo: 01201.000404/2020-51.

Dispensa Nº 45/2020. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEMIARIDO. Contratado: 09.261.843/0001-16 - FUNDACAO PARQUE TECNOLOGICO DA PARAIBA. Objeto: Contratação de fundação de apoio instituída e credenciada na forma da lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de desempenhar as tarefas de gestão financeira e administrativa do projeto "diagnóstico produtivo, análises zootécnicas, aspectos gerenciais e propostas de soluções para a bovinocultura de leite da bacia hidrográfica do rio piranhas-açu, Brasil".

Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XIII. Vigência: 29/12/2020 a 27/02/2024. Valor Total: R\$ 298.932,28. Data de Assinatura: 29/12/2020.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 802/2023 - UASG 240104

Número do Contrato: 800/2022.

Nº Processo: 01240.000693/2022-94. Dispensa. Nº 20/2022. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT. Contratado: 10.542.117/0001-50 - PERSONA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do termo de contrato pelo período de 01/12/2023 a 30/11/2024. Vigência: 01/12/2023 a 30/11/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 893.132,48. Data de Assinatura: 27/11/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 27/11/2023).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 701/2023 - UASG 240104

Número do Contrato: 700/2022.

Nº Processo: 01240.000179/2022-59. Pregão. Nº 3/2022. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT. Contratado: 33.127.721/0001-16 - ELEVADORES ELBO LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 03.007.00/2023, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 30/12/2023 a 29/12/2024. O valor anual do contrato passa a ser de R\$ 59.866,08. Vigência: 30/12/2023 a 29/12/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 59.866,08. Data de Assinatura: 26/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 26/12/2023).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1105/2023 - UASG 240104

Número do Contrato: 1100/2021.

Nº Processo: 01240.000166/2021-07. Pregão. Nº 2/2021. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT. Contratado: 12.978.986/0001-58 - T & S LOCACAO DE MAO DE OBRA EM GERAL LTDA. Objeto: Corrigir o valor do encarregado a partir de 01/08/2023. O valor anual do presente contrato passa a ser R\$ 1.318.642,08. Vigência: 21/12/2023 a 02/11/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 1.318.642,08. Data de Assinatura: 21/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 21/12/2023).

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023 - UASG 240104

Nº Processo: 01240000501202321. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de prevenção e combate a incêndio com fornecimento de materiais e equipamentos em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 29/12/2023 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Av. Venezuela, 82 Bairro da Saúde, - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/240104-5-00014-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 29/12/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 24/01/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARCIA GOMES DE OLIVEIRA
Coordenadora

(SIASGnet - 28/12/2023) 240104-00001-2023NE800014

LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2023 - UASG 240123

Número do Contrato: 9/2021.

Nº Processo: 01209.000169/2021-29. Inexigibilidade. Nº 6/2021. Contratante: LABORATORIO NACIONAL DE COMPUTACAO CIENTIFICA. Contratado: 60.455.193/0001-05 - OPENCADD ADVANCED TECHNOLOGY COMERCIO E SERVICOS LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo da vigência do contrato nº 009/2021, por 24 (vinte e quatro) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de 29 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 107, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Vigência: 29/12/2023 a 28/12/2025. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 64.655,35. Data de Assinatura: 27/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 27/12/2023).

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2023

Nº Processo: 01208.000231/2022-73

Pregão nº 05/2023. Contratante: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Contratado: 33.285.255/0001-05. CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA Objeto: contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de Comunicação Social, com dedicação exclusiva de mão de obra,. Contrato nº 07/2023 por 12 (doze) meses. Vigência: 15/01/2024 a 14/01/2025. Valor Total do Contrato: R\$ 749.250,00.

EDITAL Nº 1, DE 9 DE OUTUBRO DE 2023 (*)

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Unidade de Pesquisa pertencente à estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista a Portaria GM/MGI nº 1.369, de 6/4/2023, da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 10 subsequente, e a Portaria MCTI nº 7.227, de 12/7/2023, da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no DOU do dia 13 subsequente, alterada pela Portaria MCTI nº 7.298, de 3/8/2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 subsequente, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS para provimento efetivo de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de PESQUISADOR, de acordo com o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações posteriores, promovido pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, visando o preenchimento de 8 vagas de Pesquisador, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2. O prazo de validade do concurso é de 24 meses, contados da data da publicação da homologação do resultado final do concurso no Diário Oficial da União (DOU), podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, com base no Art. 43, § 1º, do Decreto nº 9.739/2019.

1.3. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas a Pessoas com Deficiência (PcD), providas na forma do §2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990, e do § 1º do art. 1º do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações.

1.4. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% (vinte por cento) serão reservadas aos que concorrerem a cotas para pretos ou pardos, com fundamento no art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

1.5. O concurso será realizado em conformidade com a legislação vigente, em particular:

- a) a Constituição Federal de 1988;
- b) as Leis Federais nº 8.112/1990; nº 8.691/1993; nº 10.741/2003; nº 12.990/2014; nº 13.146/2015; nº 13.656/2018; nº 13.872/2019; nº 9.784/1999;
- c) os Decretos do Poder Executivo nº 3.298/1999; nº 5.296/2004; nº 6.593/2008; nº 8.727/2016; nº 9.094/2017; nº 9.508/2018; nº 9.739/2019; nº 11.016/2022;
- d) a Resolução nº 2, de 23 de novembro de 1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia;
- e) Instrução Normativa MGI nº 23/2023;
- f) Portaria GM/MGI nº 1.369/2023.

1.6. O concurso será organizado e operacionalizado pelo Instituto de Acesso à Educação, Capacitação Profissional e Desenvolvimento Humano - Instituto ACCESS, contratado pelo INT para tal fim, conforme previsto na legislação e supervisionado pela Comissão Interna de Concurso do MAST, designada pela Portaria 173/2023, publicada no Boletim de Comunicação Interna do MAST nº 007, do dia 31/7/2023.

1.6.1. A operacionalização do concurso será delegada ao Instituto ACCESS, conforme permitido em legislação.

1.7. Todas as informações relativas ao concurso objeto deste Edital e o cronograma previsto poderão ser obtidas no endereço eletrônico www.access.org.br, site do Instituto ACCESS, na página de acompanhamento do certame, sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações e das informações ali contidas.

1.7.1. As consultas serão atendidas e respondidas somente em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 16h, horário de Brasília.

1.7.2. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção de informações referentes ao concurso, em particular as que envolvam retificações de edital, acompanhamento de prazos e possíveis atualizações do cronograma, inclusive quanto às datas e horários de realização das provas.

1.8. A inscrição do candidato implicará concordância plena e integral com os termos deste Edital, de seus anexos, eventuais alterações e da legislação vigente.

1.8.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

1.9. Todas as etapas deste concurso serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

1.10. Todos os questionamentos relacionados ao presente edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC do Instituto ACCESS, por meio do "Fale Conosco" no endereço eletrônico www.access.org.br, pelo e-mail contato@access.org.br, pelo WhatsApp (61) 98308-6517 ou pelo telefone (61) 3030-3441, somente em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 16h.



1.11. Para os procedimentos que exigem o envio de documentação digital via upload, somente serão aceitas imagens que estejam nos formatos PDF, PNG, JPEG e JPG. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 5 MB. É de responsabilidade do candidato a qualidade da imagem enviada que permita a correta visualização das informações contidas no(s) documento(s) apresentado(s), sob pena de indeferimento da solicitação e (ou) de atribuição de pontuação.

1.11.1. O candidato deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório dos documentos digitais apresentados. Caso seja solicitado pelo Instituto ACCESS, o candidato deverá enviar o(s) referido(s) documento(s) por meio de carta registrada, para confirmação da veracidade das informações.

1.11.2. O envio tempestivo e da documentação digital via upload é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Instituto ACCESS não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do documento a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

2. DO CONCURSO

2.1. O concurso público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade do Instituto ACCESS.

2.2. A Diretoria do MAST nomeou Comissão Interna de Concurso Público, formalizada através da Portaria MAST Nº 173, de 26 de julho de 2023, para acompanhamento e supervisão do certame.

2.3. O presente concurso público destina-se ao preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Pesquisador Adjunto I e Pesquisador Associado I, discriminados no Anexo I deste Edital.

2.4. O Regime Jurídico, no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário, conforme dispõe a Lei 8.112/90.

2.5. Todas as etapas deste concurso, detalhadas no item 11 deste Edital, serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros. Tais etapas serão realizadas em local, data e horário a serem comunicados oportunamente na página de acompanhamento do concurso (www.access.org.br), de acordo com o cronograma do certame.

2.6. A homologação do resultado final deste concurso público poderá se dar por cargos, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério da Administração.

2.7. Será observado o horário oficial de Brasília/DF para todos os fins deste concurso público.

3. DAS VAGAS

3.1. O concurso visa ao provimento de 8 (oito) vagas para o cargo de Pesquisador, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, regulado pela Lei nº 8.691/1993, em diferentes classes e áreas de atuação, conforme os perfis especificados no Anexo I.

3.2. O ingresso no cargo dar-se-á sempre no padrão inicial da respectiva classe.

3.3. O regime de trabalho para todas os cargos e classes é de 40 (quarenta) horas semanais.

3.4. A formação mínima exigida e os pré-requisitos para concorrer em cada perfil encontram-se especificados no Anexo I.

3.5. As atribuições de cada cargo, para os diferentes perfis, e o respectivo órgão de lotação encontram-se especificados no Anexo I.

3.5.1. Ficam incluídas, entre as atribuições dos cargos, as atividades de fiscalização de contratos de prestação de serviços, a participação em comissões de processos disciplinares, e a participação em comissões acadêmicas e administrativas internas, quando requerido no interesse do MAST.

3.6. A remuneração correspondente a cada cargo/classe concursada encontra-se especificada no Anexo II.

3.7. As vagas reservadas para candidatos com deficiência e para candidatos pretos e pardos foram definidas em sessão pública no dia 6 de outubro de 2023, cuja gravação encontra-se disponível no canal de YouTube do MAST.

4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

4.1. Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e retificações.

4.2. Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do disposto no art. 12, § 1º da Constituição Federal, e no art. 13 do Decreto nº 70.436/1972;

Ter nacionalidade brasileira.

4.2.1. Se brasileiro, gozar dos direitos políticos e estar em dia com as obrigações eleitorais, e com as obrigações do Serviço Militar se do sexo masculino.

4.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse do cargo.

4.4. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/perfil, comprovada por junta médica do Instituto ACCESS ou por ele designada.

4.5. Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, nos termos do disposto no art. 137, da Lei nº 8.112/1990.

4.6. Não acumular cargos, empregos e funções públicas, mesmo com proventos de inatividade, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo previsto no art. 13, § 1º, da Lei 8.112/1990 para a posse do cargo.

4.7. Obedecer às exigências das atribuições do cargo, em conformidade com a Lei nº 8.691/1993 e com o disposto neste Edital.

4.8. Não se encontrar cumprindo penalidade administrativa ou criminal impeditiva do exercício de cargo público federal.

4.9. Apresentar, na data da convocação para a posse, as certidões e diplomas originais que comprovem a titulação e a experiência requeridas para o respectivo perfil, conforme indicado no Anexo I.

4.9.1. No caso de certidões ou diplomas deverão corresponder a cursos de nível superior reconhecidos pelo Ministério da Educação.

4.9.2. No caso de certidões ou diplomas concedidos por instituição estrangeira somente serão aceitos quando acompanhados da respectiva revalidação por instituição brasileira, devidamente credenciada para este fim, conforme o art. 48, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.394/1996.

4.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse, se solicitados pelo MAST.

4.11. Cumprir com os procedimentos de heteroidentificação, no caso de candidatos pretos e pardos aprovados, conforme previsto na legislação vigente e no presente Edital.

4.12. Cumprir com os procedimentos de perícia médica, no caso de candidatos com deficiência aprovados, conforme previsto na legislação vigente e no presente Edital.

4.13. Para todos os requisitos que requeiram de comprovação documental deverá ser apresentado o documento original acompanhado de fotocópia simples, sendo passível de desclassificação o candidato que não os apresentar.

5. DO CRONOGRAMA

Fases	Data prevista
Publicação do Edital de Abertura	10/10/2023
Data limite para impugnação do Edital	16/10/2023
Realização de sorteio das vagas reservadas aos candidatos pretos e pardos e pessoas com deficiência	06/10/2023
Divulgação do resultado dos sorteios das vagas reservadas aos candidatos pretos e pardos e pessoas com deficiência	06/10/2023
Replicação do Edital de Abertura	29/12/2023
Data limite para impugnação do Edital de Abertura	04/01/2024
Divulgação da análise das impugnações ao Edital de Abertura	08/01/2024

Período de inscrições	08/01/2024 a 15/02/2024
Prazo para requerer isenção da taxa de inscrição	08 e 09/01/2024
Resultado preliminar da análise dos requerimentos de isenção	17/01/2024
Prazo para interposição de recursos	18 e 19/01/2024
Resultado definitivo da análise dos requerimentos de isenção	25/01/2024
Último dia para reimpressão da GRU e pagamento da taxa de inscrição	16/02/2024
Divulgação do resultado preliminar das inscrições homologadas (ampla, PcD e PPP)	28/02/2024
Prazo para interposição de recursos	29/02 e 01/03/2024
Divulgação do resultado final das inscrições homologadas (ampla, PcD e PPP)	11/03/2024
Divulgação das datas e horários das provas - impressão dos cartões de confirmação de inscrição	01/04/2024
Realização das provas escritas discursivas	07/04/2024
Divulgação do resultado preliminar das provas escritas discursivas e disponibilização dos espelhos das folhas de textos definitivos	24/04/2024
Prazo para interposição de recursos	25 e 26/04/2024
Resultado definitivo das provas escritas discursivas	06/05/2024
Divulgação da composição das bancas das demais etapas	20/05/2024
Prazo para impugnação dos membros das bancas	21 e 22/05/2024
Divulgação da composição definitiva dos membros das bancas das demais etapas	29/05/2024
Realização das demais etapas	Conforme convocação específica

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

6.2. A inscrição no presente Concurso Público poderá ser efetuada entre os dias 08 de janeiro de 2024 e 15 de fevereiro de 2024, das 10h do primeiro dia até às 23h59 do último dia, exclusivamente através do formulário eletrônico disponível no site do Instituto ACCESS, endereço eletrônico www.access.org.br, não sendo aceitos outros meios de inscrição.

6.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

6.4. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do concurso, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, inscrição para concorrer nas vagas reservadas, entre outros. Apenas serão divulgadas informações essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao concurso público.

6.5. Antes de realizar os procedimentos descritos nos subitens a seguir, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.access.org.br, cadastrar o CPF e gerar a senha de acesso exclusivo ao sistema de inscrição.

6.6. Para se inscrever, o candidato deverá preencher todos os campos do formulário, indicando:

- o perfil e a área de atuação, dentre os elencados no Anexo I, para o qual deseja concorrer;
- se se autodeclara pessoa preta ou parda (PPP) para concorrer às eventuais vagas reservadas;
- se se declara pessoa com deficiência (PcD) para concorrer às eventuais vagas reservadas;
- se precisará de condições especiais para realização das diferentes etapas do concurso, caso se declare pessoa com deficiência e (ou) que precise de atendimento especializado;
- se precisará amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das diferentes etapas do concurso, caso seja mãe lactante;
- se solicita isenção da taxa de inscrição no concurso, com base na Lei nº 13.656/2018.

6.7. O candidato deverá fazer o upload, no ato de inscrição, dos seguintes documentos:

- memorial circunstanciado, contendo a relação dos títulos e trabalhos do candidato pertinentes ao concurso, acompanhado de uma análise sumária desses trabalhos, feita pelo próprio candidato, situando o seu significado e a contribuição que representam. O memorial deverá incluir uma proposta de projeto de pesquisa a desenvolver no MAST.
- Curriculum Vitae (Lattes);
- comprovações de todos os itens relacionados no memorial de atividades e no currículo Lattes, com especial atenção aos itens elencados no Anexo III. No caso de publicações, é(são) suficiente(s) a(s) cópia da(s) página(s) onde figurem os dados de autoria e publicação;
- imagem do documento de identidade, com foto e legível; e (ou)
- imagem dos documentos adicionais exigidos no caso de candidatos com deficiência, mães lactantes, ou candidatos que solicitam isenção da taxa de inscrição, conforme previsto neste Edital.

6.8. A taxa de inscrição é de R\$100,00 (cem reais).

6.9. Após realizados os procedimentos descritos nos subitens 6.6 e 6.7 deste Edital, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), caso não tenha solicitado ou não tenha sido concedida a isenção da taxa de sua inscrição.

6.9.1. Para efetivação da inscrição no concurso público o candidato que não obteve a isenção da taxa de inscrição (conforme item 7 deste Edital) deverá imprimir a Guia de Recolhimento da União - GRU, mediante acesso a "Área do Candidato", e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 09 de fevereiro de 2024.

6.9.2. O comprovante provisório de inscrição do candidato será a GRU, devidamente quitada até a data de vencimento.

6.9.3. Comprovante de agendamento bancário não será válido para fins de efetivação de pagamento da GRU referente a taxa de inscrição.

6.10. A inscrição no presente concurso público implica na aceitação irrestrita das condições estabelecidas neste Edital de abertura e demais editais complementares e retificadores, bem como de todas as normas que o norteiam, em relação aos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.11. Caso, quando do processamento das inscrições, seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, para um mesmo turno de prova, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, conforme data e hora de envio do requerimento via internet no sistema informatizado. Conseqüentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

6.12. A inscrição do candidato somente será concretizada e validada após a confirmação do pagamento do valor da taxa de inscrição pela instituição bancária ou pedido de isenção concedido.

6.13. Não será enviado comprovante definitivo de inscrição para o endereço e (ou) e-mail do candidato.

6.14. A inscrição cujo pagamento tenha sido realizado em desobediência às condições previstas neste Edital não será validada, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.



6.15. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o MAST e o Instituto ACCESS de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas ou incompletas, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo, fornecido pelo candidato.

6.16. O formulário de inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis.

6.17. A inscrição será cancelada caso o candidato faça uso do CPF de outrem para se inscrever no presente concurso público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.18. No dia 28 de fevereiro de 2024 será publicado o resultado preliminar da homologação das inscrições contendo a relação dos candidatos com inscrição deferida, com prazo de 2 (dois) dias úteis para a interposição de recursos contra o indeferimento da inscrição.

6.19. O resultado definitivo da homologação das inscrições, após análise dos recursos interpostos, será divulgado no dia 11 de março de 2024.

6.20. O MAST e o Instituto ACCESS, desde que não tenham dado causa, não se responsabilizarão por inscrições não recebidas, recebidas de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados e (ou) o pagamento da taxa de inscrição.

6.21. A inexistência das declarações ou a irregularidade dos documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminarão o candidato do concurso, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.22. Não haverá devolução do valor da taxa de inscrição, exceto por anulação plena deste concurso, assim como não haverá isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição, exceto se isenção nos termos dispostos no item 7 deste Edital.

6.23. Em qualquer situação, a devolução do valor referente a taxa de inscrição somente será efetuada em nome do candidato inscrito.

6.24. O Instituto ACCESS, após verificar o pagamento da inscrição ou a concessão de isenção do pagamento da taxa, divulgará, no prazo previsto no cronograma, a lista preliminar dos candidatos cuja inscrição no certame foi homologada.

6.25. No caso de indeferimento do pedido de inscrição, caberá interposição de recurso do candidato, dentro de um prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do indeferimento.

6.26. Findo o prazo para análise dos recursos, será divulgada a relação final dos candidatos cuja inscrição no certame foi homologada.

6.27. O valor da taxa de inscrição pago não será devolvido caso o candidato não tenha sua inscrição homologada ou desista posteriormente de realizar o concurso.

6.28. No caso em que o número de candidatos oficialmente inscritos num perfil for igual ou inferior ao número de vagas disponíveis no perfil, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado, uma única vez, por um período mínimo de 10 (dez) dias úteis.

7. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição, exceto para aqueles candidatos que, no ato da inscrição, comprovem estar enquadrados nas previsões da Lei nº 13.656/2018.

7.2. Para pedido de isenção com base no CadÚnico, conforme o Decreto Federal nº 6.593/2008 e o Decreto Federal nº 11.016/2022, o candidato deverá anexar os seguintes documentos no ato de inscrição:

a) preenchimento do requerimento disponível no aplicativo de inscrição com a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico;

b) preenchimento de declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), nos termos do Decreto Federal nº 11.016/2022.

7.3. Para pedido como doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, conforme a Lei nº 13.656/2018, o candidato deverá anexar o seguinte documento no ato de inscrição: atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

7.4. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do concurso, que o candidato prestou informação falsa com o intuito de usufruir da isenção da taxa de inscrição, ficará o mesmo sujeito às penalidades do art. 2º, da Lei nº 13.656/2018.

7.5. O candidato é inteiramente responsável pelas informações prestadas, bem como pela exatidão da documentação apresentada no ato da inscrição.

7.6. Caso o pedido de isenção da taxa de inscrição seja indeferido, e após ter esgotado a etapa recursal, o candidato poderá regularizar a sua inscrição efetuando o pagamento da taxa e apresentando o respectivo comprovante antes do prazo para a divulgação da relação final de inscrições homologadas.

8. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, 5% (cinco por cento) está reservada para pessoas com deficiência, nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, do art. 4º, do Decreto nº 3.298/1999, e do Decreto nº 9.508/2018, conforme discriminado no Anexo I.

8.2. O candidato com deficiência deverá declarar essa condição no ato da inscrição, especificando e comprovando a deficiência que possui em consonância com o art. 3º do Decreto nº 9.508/2018.

8.3. Para requerer inscrição na condição de pessoa com deficiência, o candidato deverá no momento do preenchimento do formulário de inscrição:

a) assinalar que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência; e

b) fazer o upload do laudo médico (original) atestando a espécie, grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência, de acordo com a lei; e

c) informar a necessidade de tratamento diferenciado para os dias de realização das provas, especificando as condições requeridas para tal, se for o caso.

8.3.1. O laudo deve ser emitido em período inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de abertura das inscrições deste concurso, e deve constar data, assinatura do médico especialista e carimbo legível contendo nome e número de inscrição no CRM.

8.4. A inobservância do disposto no item 8.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência e eximirá a organização do concurso do atendimento a quaisquer condições especiais necessárias para realização das provas.

8.5. Em perfil que tiver vagas reservadas e vagas destinadas à ampla concorrência, os candidatos que se declarem com deficiência concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame.

8.6. Em perfil que tiver somente vagas reservadas, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essas vagas, mas terão prioridade os candidatos que se declarem com deficiência aprovados.

8.7. Os candidatos que se declarem com deficiência aprovados dentro das vagas oferecidas para ampla concorrência no perfil não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

8.8. Na hipótese de não haver candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos com deficiência aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

8.9. O candidato que se declarar com deficiência, se aprovado nas etapas do concurso, deverá submeter-se à avaliação biopsicossocial, promovida por equipe multiprofissional, sob responsabilidade do Instituto ACCESS, que aprovará ou não a sua

qualificação como com deficiência e avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo/área de atuação e a deficiência do candidato, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 9.508/2018.

8.9.1. Os candidatos deverão comparecer à etapa munidos de laudo médico original que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

8.9.2. O laudo médico apresentado não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

8.9.3. O Instituto ACCESS, com base no resultado desta avaliação, declarará a compatibilidade ou não da deficiência com a atividade na qual o candidato optou por concorrer, não cabendo recurso desta decisão.

8.10. O candidato que for reprovado na perícia médica oficial perderá o direito às vagas reservadas para pessoas com deficiência.

8.11. O candidato que deixar de comparecer à perícia médica oficial, na data, horário e local estabelecidos, será eliminado do concurso.

8.12. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para candidatos com deficiência, o mesmo será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

8.13. Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 9.508/2018, participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

8.14. Será indeferida a inscrição do candidato na condição de pessoa com deficiência que:

a) não marcar a opção de concorrer à reserva de vaga para pessoas com deficiência ou não anexar o laudo médico;

b) não atender à forma, ao prazo ou aos horários previstos neste Edital;

c) apresentar laudo médico com o nome do candidato ilegível e que não possa ser identificado, ou que a imagem digitalizada não esteja legível;

d) não for considerado pessoa com deficiência na perícia médica oficial.

8.15. No caso de indeferimento da inscrição na condição de pessoa com deficiência, será inscrito no concurso com sua participação somente nas listas de ampla concorrência e/ou de candidato negro, se tiver atendido também aos requisitos do item 9.

9. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PRETOS OU PARDOS

9.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, 20% (vinte por cento) está reservada para candidatos pretos ou pardos, nos termos da Lei nº 12.990/2014, conforme discriminado no Anexo I.

9.2. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preto ou pardo, conforme o quesito "cor ou raça" utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

9.3. A inobservância do disposto no item

9.2. acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos pretos ou pardos.

9.4. Em perfil que tiver vagas reservadas e vagas destinadas à ampla concorrência, os candidatos autodeclarados pretos e pardos concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame.

9.5. Em perfil que tiver somente vagas reservadas, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essas vagas, mas terão prioridade os candidatos autodeclarados pretos e pardos aprovados.

9.6. As pessoas pretas ou pardas que optarem, na forma do subitem 9.1., por concorrer às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no certame.

9.6.1. As pessoas pretas ou pardas aprovadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

9.6.2. Tendo em vista a realização do certame em mais de uma etapa, as pessoas pretas ou pardas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência deverão figurar tanto na lista de classificados dentro das vagas reservadas, quanto na lista de classificados da ampla concorrência.

9.6.3. Em virtude da cláusula de barreira, as pessoas pretas ou pardas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência não deverão ser contabilizadas no quantitativo total de aprovados para as vagas reservadas a pessoas pretas ou pardas.

9.6.4. O disposto no subitem 9.6.3 somente se aplica à pessoa optante pela reserva de vagas que tiver obtido a pontuação mínima para aprovação em cada etapa do certame, nos termos do edital.

9.7. Na hipótese de não haver candidatos pretos e pardos inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos autodeclarados pretos e pardos aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

9.8. O procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos pretos e pardos, será realizado por comissão nomeada especificamente para tal fim, sendo considerados, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados, obrigatoriamente, com a presença do candidato, conforme previsto nos arts. 6º e 9º da Portaria Normativa MP nº 04/2018.

9.8.1. O procedimento de heteroidentificação, bem como o respectivo período recursal e demais informações, serão regidos por edital específico, que será publicado antes da homologação do resultado final do concurso, na página de acompanhamento do concurso (www.access.org.br), em atendimento ao art. 8º, § 2º, da Portaria Normativa MP nº 04/2018.

9.9. O candidato que não tiver a sua autodeclaração confirmada pelo processo de heteroidentificação perderá o direito às vagas reservadas para pretos ou pardos.

9.10. O candidato que deixar de comparecer para o procedimento de heteroidentificação, na data, horário e local estabelecidos, ou que recusar à filmagem do processo de heteroidentificação, será eliminado da etapa e deixará de concorrer às vagas reservadas.

9.11. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para pretos ou pardos, o mesmo será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10. DO ATENDIMENTO A CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ADAPTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1. O candidato que necessitar de adaptações para a realização das provas deverá indicar, no formulário de solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários para cada fase do concurso e, ainda, enviar, durante o período de inscrições, laudo médico específico (imagem do documento original) que justifique o atendimento especial solicitado.

10.2. Os serviços de assistência de interpretação por terceiros aos candidatos com deficiência serão registrados em áudio e vídeo e disponibilizados nos períodos de recurso estabelecidos neste Edital.

10.3. Para concessão de tempo adicional, o candidato deverá apresentar laudo médico específico (imagem do documento original). A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

10.3.1. A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica (laudo médico específico). Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora a mais para os candidatos nessa situação.



10.4. Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data de encerramento das inscrições, o candidato deverá enviar solicitação de atendimento especial via e-mail para contato@access.org.br, juntamente com cópia digitalizada do laudo médico específico que justifique o pedido.

10.5. O fornecimento do laudo médico (arquivo digital do documento original) é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Instituto ACCESS não se responsabilizará por laudos médicos que não tenham sido recebidos por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação, ou congestionamento das linhas de transmissão de dados. O laudo médico específico terá validade somente para este concurso público.

10.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim.

10.6.1. Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas, mediante prévia solicitação ao Instituto ACCESS.

10.6.2. Terá o direito ao disposto no item anterior a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas.

10.6.3. A prova da idade da criança será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento original durante sua realização.

10.6.4. Deferida a solicitação de que trata o item 10.6, a mãe deverá, no dia das provas, levar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.

10.6.5. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para o início das provas e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

10.6.6. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

10.6.7. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por um (a) fiscal.

10.6.8. O tempo total utilizado para amamentação permitirá o acréscimo na duração fixada para realização das provas até o máximo de 30 (trinta) minutos.

10.6.9. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

10.7. O candidato poderá requerer, no ato da inscrição, o atendimento pelo nome social durante as etapas do concurso, devendo especificar o mesmo no formulário de inscrição, juntamente com seu nome civil, em atendimento ao Decreto nº 8.727/2016.

10.7.1. Não será utilizado nas publicações oficiais o nome social, caso o mesmo não tenha sido registrado em documentos públicos de identificação.

11. DAS ETAPAS

11.1. O concurso de provas e títulos para o cargo de Pesquisador consistirá das seguintes etapas:

a) Etapa 1: prova escrita discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Etapa 2: prova oral, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Etapa 3: prova pública de defesa e arguição de memorial, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Etapa 4: análise e apreciação dos títulos, de caráter classificatório.

11.2. Todas as etapas serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro. As informações relativas às datas e locais em que ocorrerão as diferentes etapas serão disponibilizadas em até 10 (dez) dias úteis após a divulgação da lista final das inscrições homologadas.

11.3. Durante a realização do concurso, os candidatos serão chamados para a prova oral e para a defesa pública e arguição do memorial, pela ordem de inscrição.

12. DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA

12.1. A primeira etapa do concurso público, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá de prova escrita, na forma discursiva, e será composta por 2 (duas) questões elaboradas com base nos tópicos temáticos dispostos no Anexo I deste edital.

12.2. A nota desta etapa consistirá na soma das notas de cada questão. O quadro abaixo indica os critérios e pontuações que serão utilizados na avaliação de cada questão das provas escritas:

AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS	
CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR QUESTÃO
Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	10
Pertinência da exposição relativa ao tema e da bibliografia respectiva, e a capacidade de comunicação e expressão escrita.	30
Relação lógica entre as ideias, objetividade, ordenação e clareza.	10
TOTAL	50

12.3. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta inteiros), sendo os demais considerados reprovados.

12.4. Serão considerados classificados para a próxima etapa (Prova Oral) os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 50,0 (cinquenta inteiros), até os limites representados na tabela abaixo, respeitando a ordem decrescente de notas, acrescidos dos empates da última posição, se houver.

Vaga	Quantidade máxima de aprovados para a Prova Oral
PESQ - 001	12
PESQ - 002	12
PESQ - 003	12
PESQ - 004	44
PESQ - 005	12

12.5. Os resultados dessa fase poderão ser objeto de recurso por parte dos candidatos no prazo de até 2 (dois) dias úteis da sua divulgação.

12.6.1. Analisados os recursos, será divulgado no sítio eletrônico do Instituto ACCESS o resultado final desta etapa.

13. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

13.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar as etapas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para o seu início.

13.2. Será exigida a apresentação de documento oficial de identidade original, com fotografia e assinatura, não sendo aceitas cópias ainda que autenticadas.

13.2.1. São considerados documentos oficiais de identidade:

a) carteira de identidade (RG) emitida por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal;

b) Documento Nacional de Identificação (DNI);

c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH, com foto);

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

e) carteira de identidade expedida por Órgão de Classe ou Conselho Fiscalizador de exercício profissional;

f) carteira de identidade das Forças Armadas;

g) carteira funcional do Ministério Público ou da Magistratura;

h) Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM ou RNE);

i) Passaporte ou documento de viagem válido para ingresso no país, no caso de candidatos estrangeiros;

j) outros documentos expedidos por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade.

13.2.2. Poderá ser apresentado documento digital (CNH, RG ou DNI), devendo ser mostrado no aplicativo oficial em que é disponibilizado e não por meio de captura de tela.

13.2.3. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

13.2.4. Não serão aceitos protocolos de tramitação ou quaisquer outros documentos tais como crachás, título de eleitor, carteira de estudante ou carteiras funcionais sem valor de identidade.

13.2.5. O candidato que estiver impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, e será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas.

13.3. É vedado aos candidatos prestar a prova fora do horário, data e local determinados pelo Instituto ACCESS.

13.4. Não será permitido o ingresso de candidato ao local de realização da prova após o horário fixado para seu início.

13.5. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, e o não comparecimento, qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato.

13.6. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, qualquer que seja o motivo alegado, com exceção ao disposto no item 10.3. deste Edital.

13.7. Por motivos de segurança, serão adotados os procedimentos a seguir:

a) após ser identificado, o candidato não poderá se retirar do recinto de realização da prova escrita sem autorização e, caso autorizado, deverá ser acompanhado por algum dos fiscais presentes, inclusive para fazer uso dos sanitários;

b) o candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de rascunho da prova no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

c) é vedado o porte e/ou uso de telefones celulares ou de quaisquer outros equipamentos eletrônicos no recinto de realização da prova escrita, devendo esses aparelhos permanecer desligados e recolhidos em embalagem específica a ser fornecida aos candidatos durante toda a prova, sendo o infrator passível de eliminação do Concurso;

d) os 3 (três) candidatos que finalizarem a prova por último deverão permanecer no recinto e somente poderão se retirar juntos, após terem assinado a ata;

e) a prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que o impossibilite de redigir textos, como também no caso de candidato que solicitou atendimento especial para este fim, nos termos deste Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do Instituto ACCESS devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

f) o candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível, bem como no caso de identificação em local indevido.

g) a prova entregue será acondicionada em envelope individual, que será lacrado e identificado na presença do candidato e só será aberto pela Comissão Examinadora ao momento de realizar-se a leitura pública da prova.

13.8. Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do concurso público o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas: retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização; for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas; usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização; utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato; faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos; fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital; descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas; recusar-se a entregar o cartão de respostas ao término do tempo destinado à sua realização; ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas; não permitir a coleta de sua assinatura; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido; for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

13.9. A Comissão Examinadora poderá requisitar funcionários adicionais para ajudar nas tarefas de fiscalização da prova.

14. DA PROVA ORAL

14.1. A prova oral versará sobre o tópico a ser especificado em edital específico de convocação para etapa.

14.1.1. A prova oral será realizada por meio da exposição do tópico em sessão pública, frente à respectiva Comissão Examinadora, não sendo permitida a presença dos demais candidatos, e consistirá de uma apresentação por parte do candidato, tendo duração mínima de 20 minutos e máxima de 30 minutos.

14.1.2. Os candidatos poderão fazer uso de recursos digitais (Power Point; Canva; etc.) para fins de apresentação na prova oral.

14.1.3. Após a exposição, será reservado o tempo de até 30 minutos para que os membros da Comissão Examinadora possam arguir o candidato sobre o tema apresentado.

14.1.3. Finalizadas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, em forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 100 (cem) a cada candidato, apurando em seguida a média resultante, registrada em parecer elaborado pela banca, que será colocado em envelope rubricado e lacrado.

14.2. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta inteiros).

14.3. Todas as etapas descritas no item 14 deste Edital serão gravadas.

14.4. Na avaliação da prova oral serão analisados os seguintes aspectos: capacidade de aprofundamento do tópico em questão; clareza e concisão na apresentação das ideias; domínio da bibliografia relativa ao tópico; capacidade de argumentação.

14.5. Serão considerados classificados para a próxima etapa (Defesa de Memorial) os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 50,0 (cinquenta inteiros), até os limites representados na tabela abaixo, respeitando a ordem decrescente de notas, acrescidos dos empates da última posição, se houver.

Vaga	Quantidade máxima de aprovados para a Defesa de Memorial
PESQ - 001	10
PESQ - 002	10
PESQ - 003	10
PESQ - 004	30
PESQ - 005	10

14.6. Os resultados dessa fase poderão ser objeto de recurso por parte dos candidatos no prazo de até 2 (dois) dias úteis da sua divulgação.

14.6.1. Analisados os recursos, será divulgado no sítio eletrônico do Instituto ACCESS o resultado final desta etapa.



15. DA DEFESA PÚBLICA DE MEMORIAL

15.1. Na prova pública de defesa e arguição de memorial, o candidato fará uma apresentação de seus trabalhos pregressos e planos atuais e futuros de pesquisa e desenvolvimento, incluindo uma proposta de projeto de pesquisa a desenvolver no MAST, que esteja alinhada ao Plano Diretor da Unidade (PDU) vigente, disponível no site do Instituto (gov.br/mast). O candidato terá um período de 40 (quarenta) minutos para sua apresentação, onde deverá salientar as contribuições que considera mais relevantes.

15.2. Após a apresentação, o candidato será arguido pela Comissão Examinadora sobre o memorial e o projeto, podendo, inclusive, abordar criticamente a obra do candidato, que terá direito de defesa.

15.2.1. Durante a arguição, cada membro da Comissão Examinadora terá um tempo de até 10 (dez) minutos para apresentar suas questões, sendo concedido ao candidato igual tempo para resposta.

15.3. A defesa e a arguição de memorial de cada candidato serão públicas, não sendo permitida a presença dos demais candidatos.

15.4. Finalizadas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, em forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 100 (cem) a cada candidato, apurando em seguida a média resultante, consignando estes julgamentos em cédulas apropriadas, junto ao respectivo parecer, que serão colocados em envelopes rubricados e lacrados.

15.5. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta inteiros) pela Comissão Examinadora.

15.6. As provas públicas de defesa de memorial serão gravadas, em atendimento ao art. 31, do Decreto nº 9.739/2019.

16. DA ANÁLISE E APRECIÇÃO DOS TÍTULOS

16.1. Serão convocados para a avaliação de títulos todos os candidatos aprovados na prova de defesa pública de memorial. Os candidatos não convocados para a avaliação de títulos estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

16.2. Na análise e apreciação de títulos e currículo, a Comissão Examinadora atribuirá uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) a cada candidato. Os resultados do julgamento serão acondicionados em envelopes rubricados e lacrados.

16.3. Na análise e apreciação dos títulos para o cargo de Pesquisador serão considerados os quesitos e pontuações dispostos no Anexo III deste Edital.

16.4. O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de títulos disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

17. DA COMISSÃO EXAMINADORA

17.1. Para efeitos deste concurso, haverá 5 (cinco) Comissões Examinadoras, sendo:

- uma para o Perfil 1;
- uma para o Perfil 2;
- uma para o Perfil 3;
- uma para o perfil 4; e
- uma para o perfil 5.

17.2. Cada Comissão Examinadora será constituída por, no mínimo, 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos profissionais de alta qualificação nas áreas objeto do concurso, ou em áreas correlatas, sendo todos os membros externos ao MAST.

17.2.1. Os membros das Comissões Examinadoras serão indicados pelo Instituto ACCESS, em estrita observância ao art. 9º, da Resolução nº 2/1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia.

17.2.2. Na indicação dos membros das Comissões Examinadoras, deverão ser considerados potenciais conflitos de interesse com os candidatos a serem avaliados, em particular:

- ser ou ter sido orientador de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado ou pós-doutorado do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;
- ser ou ter sido chefe imediato ou supervisor do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos;
- ser membro de grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, do qual o candidato participe;
- ser ou ter sido coautor com o candidato de trabalho científico completo publicado em periódico, anais de evento ou livro nos últimos 5 (cinco) anos, podendo-se abrir exceções quando se tratar de artigos de grandes colaborações que não evidenciem uma colaboração estreita entre o membro da Comissão e o candidato;
- ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o candidato.

17.2.3. Não será permitida a presença em forma remota, por meio de videoconferência, devendo ser providenciada a gravação da transmissão.

17.3. A composição das Comissões Examinadoras e os dias de sua instalação para o início do concurso serão divulgados no sítio eletrônico, até 10 (dez) dias antes da data da realização das provas.

17.4. Uma vez oficializada a composição das Comissões Examinadoras, é facultado aos candidatos inscritos apresentar impugnação de qualquer um dos membros, por impedimentos legais, no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da data da divulgação.

17.4.1. O pedido de impugnação deverá ser dirigido ao Instituto ACCESS, que, julgando-o procedente, designará novo(s) membro(s) para compor a Comissão Examinadora.

17.5. Caberá ao profissional da classe mais elevada e/ou de maior tempo no serviço público federal exercer a presidência da Comissão Examinadora.

18. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

18.1. A apuração das notas para habilitação dos candidatos obedecerá às seguintes normas:

18.1.1. A nota final será obtida pela média ponderada das notas de 0 (zero) a 100 (cem) das etapas descritas nos itens 12, 14, 15 e 16 atribuindo os seguintes pesos, considerando apuração numérica até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais, sem arredondamento ou aproximação.

Cargo/Perfil	Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4
Pesquisador (Todos os perfis)	30%	30%	25%	15%

18.1.2. Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem, a nota mínima de 50,0 (cinquenta inteiros) pontos.

18.2. Em caso de empate na nota final global, terá preferência o candidato que, nesta ordem:

- tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição no concurso, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), não se aplicando este critério aos demais candidatos;
- obtiver a maior nota na prova escrita (etapa 1);
- obtiver a maior nota na prova oral (etapa 2);
- obtiver a maior nota na prova pública de defesa e arguição de memorial (etapa 3);
- obtiver a maior nota na análise e apreciação dos títulos (etapa 4);
- tiver a maior idade.

18.3. Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados em função do cargo/área de atuação/tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada para pretos ou pardos), conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final, conforme disposto na Lei nº 12.990/2014.

18.4. Haverá um quantitativo máximo de candidatos aprovados, conforme disposto no Anexo III do Decreto nº 9.739/2019 e alterações posteriores e detalhado no Anexo I deste Edital, a saber:

Vaga	Quantidade total de vagas	Quantidade máxima de aprovados
PESQ - 001	1	6
PESQ - 002	1	6
PESQ - 003	1	6
PESQ - 004	4	22
PESQ - 005	1	6

18.4.1. Os quantitativos máximos de aprovados foram distribuídos entre os diferentes perfis de cada cargo, conforme o determinado pelo Decreto nº 9.739/2019 e alterações posteriores.

18.4.2. Os candidatos aprovados, que estejam dentro do quantitativo previsto de vagas serão nomeados. Os candidatos aprovados que, pela ordem de classificação da nota final global, excedam o quantitativo previsto de vaga, serão automaticamente designados como cadastro reserva. Os candidatos aprovados que, pela ordem de classificação da nota final global, excedam o quantitativo máximo de aprovados definido para o perfil neste edital, ficarão automaticamente eliminados do certame.

18.5. O relatório da Comissão Examinadora será submetido ao Instituto ACCESS, que decidirá sobre os casos omissos.

18.6. Observado o número existente de vagas, o Diretor do MAST, de posse da relação dos candidatos aprovados no concurso, fará a homologação e providenciará a publicação no DOU, por meio de ato específico do Diretor do MAST.

19. DOS RECURSOS

19.1. Os recursos que venham a ser interpostos pelos candidatos deverão ser dirigidos ao Instituto ACCESS, que os apreciará e dará publicidade do seu julgamento.

19.1.1. Para interpor recurso, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.access.org.br, fazer login no sistema através do CPF e senha e, na "Área do Candidato", clicar em "Recursos".

19.1.2. O Instituto ACCESS não se responsabiliza por pedidos de recurso não recebidos, recebidos de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

19.2. Os recursos referentes às inscrições deverão ser apresentados em até 2 (dois) dias úteis contados a partir da divulgação da lista preliminar dos candidatos oficialmente inscritos no certame.

19.3. Os recursos referentes às provas e ao julgamento das Comissões Examinadoras deverão ser apresentados em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado final no DOU. Não serão aceitos recursos após este período.

19.4. Somente será considerado recurso de nulidade do concurso, mediante a comprovação de fatos e irregularidades graves ocorridas no processo de avaliação final, formulado num prazo não superior a 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado final no DOU, dirigido ao Instituto ACCESS. Não caberá recurso às decisões das Comissões Examinadoras referentes à avaliação de mérito.

20. DA NOMEAÇÃO

20.1. A classificação no concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de ser nele provido, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência do MAST.

20.2. A nomeação do candidato cujo nome conste na relação de homologação do resultado final do concurso, classificado dentro da quantidade de vagas oferecidas, conforme estabelecido neste Edital, obedecerá à estrita ordem de classificação e deverá ser publicada no DOU.

20.3. A convocação dos candidatos pretos e pardos aprovados e classificados no concurso observará a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.

20.4. O candidato nomeado que não se apresentar para a posse do cargo no prazo legal de 30 (trinta) dias, perderá o direito à vaga, conforme previsto no art. 13, § 6º da Lei nº 8.112/1990.

20.5. Havendo desistência do candidato antes da nomeação, ou o não cumprimento, por parte do candidato classificado, das exigências legais dentro dos prazos estipulados pelo Regime Jurídico Único ou dos requisitos para investidura no cargo previstos neste Edital, facultar-se-á ao Diretor do MAST a sua substituição, convocando o candidato com classificação imediatamente inferior, dentro do mesmo cargo e perfil, observando o limite de candidatos aprovados estabelecido no Edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Para efeitos do cumprimento de prazos, considerar-se-á sempre às 23h59m da data aprazada, salvo quando indicado explicitamente.

21.2. O candidato aprovado e classificado no concurso deverá manter seu endereço de contato atualizado junto ao Serviço de Recursos Humanos do MAST, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato os eventuais prejuízos decorrentes da não atualização dessa informação.

21.3. As despesas decorrentes da participação em todas as fases e procedimentos do concurso, inclusive as referentes à transferência de domicílio para posse de cargo, correrão por conta do candidato, que não terá direito a ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

21.4. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas do candidato, valendo para tal fim os resultados publicados no DOU.

21.5. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas a notas de candidato reprovado.

21.6. O candidato, ao efetuar sua inscrição no concurso, autoriza de forma explícita que o MAST disponha de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, exclusivamente de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

21.7. A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, das provas, da nomeação e/ou da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e utilização de meios ilícitos durante a realização das provas, observado o devido processo legal.

21.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do MAST, ouvida a Comissão Interna de Concurso.

21.9. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Edital de Retificação.

MARCIO FERREIRA RANGEL

ANEXO I - PERFIS DOS CARGOS EM CONCURSO

vaga Número de vagas reservadas para candidatos com deficiência - 1 (uma)

vagas Número de vagas reservadas para candidatos pretos e pardos - 2 (duas)

Número de vagas de ampla concorrência - 5 (cinco) vagas

Perfil 1:

Código da Vaga: PESQ - 001

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I

Área de atuação: Educação em Ciências

Número de vagas: 1 (uma) para ampla concorrência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos: Bacharelado ou licenciatura em Ciências Exatas e da Terra,

Biológicas, Pedagogia ou História. Doutorado em Educação, Ensino de Ciências ou

Museologia. Ter realizado pesquisas relevantes em educação museal, educação em

museus ou ensino e divulgação em ciências, ou projetos de extensão universitária e/ou

museus de ciência e tecnologia, história natural, planetário, zoológicos, aquários, clubes

de astronomia.



Descrição sumária das funções exercidas no cargo: coordenar e realizar estudos teóricos e empíricos na área da comunicação pública da ciência e tecnologia no âmbito de museus de ciência e tecnologia; atuar rotineiramente no desenvolvimento e avaliações das ações de popularização de ciência que envolvem a instituição; atuar rotineiramente na formação e orientação dos educadores museais e bolsistas do MAST; atuar nas pós-graduações de interesse da instituição; contribuir em projetos interdisciplinares com as demais áreas finalísticas do MAST; atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição para a área de Educação e Popularização da Ciência; coordenar programas e projetos de interesse institucional na referida área.

Tópicos para a Prova Escrita: 1. Inclusão Social e Museus de Ciência e Tecnologia; 2. Percepção Pública da Ciência no Brasil e no Mundo; 3. Metodologias de Pesquisa na área Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia em Museus; 4. Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia e as Redes Sociais; 5. Instrumentos Científicos Históricos e suas relações com a História da Ciência, Educação, Divulgação e Popularização da Ciência; 6. A História da Ciência na Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia; 7. Educação, Divulgação, e Popularização da Ciência e Tecnologia e Fake News.

Importante/Atenção: a temática sobre Educação Não Formal e Informal na Divulgação e Popularização da Ciência e Tecnologia em Museus é uma questão transversal que deve ser contextualizada em qualquer resposta.

Perfi 1 2:

Código da Vaga: PESQ - 002

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I

Educação em Ciências

Número de vagas: 1 (uma) para pessoa com deficiência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos: Graduação em Estatística, Matemática ou Ciências da Computação. Doutorado em Matemática, Estatística ou Ciências da Computação. Ter realizado pesquisas relevantes na área de avaliação educacional.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: coordenar e realizar estudos teóricos e empíricos na área da comunicação pública da ciência e tecnologia no âmbito de museus de ciência e tecnologia; desenvolver instrumentos de avaliação estatística quantitativa das atividades educacionais de museus e centros de ciência e tecnologia; atuar rotineiramente na formação dos mediadores do MAST; assessorar as pesquisas educacionais e de públicos da instituição; contribuir com projetos interdisciplinares das demais áreas interdisciplinares das áreas finalísticas do MAST; atuar rotineiramente nas ações de popularização de ciência que envolvem a instituição; atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição para a área de Educação e Popularização da Ciência.

Tópicos para a Prova Escrita: 1. Estatística em Educação, Sociologia e Psicologia; 2. Teorias da medição e avaliação estatística; Construção de instrumentos de medição e avaliação estatística; 3. Teoria Clássica dos testes; 4. Elementos da Teoria da Resposta ao Item, não-paramétrica e paramétrica e sua aplicação na avaliação da Educação em Museus e na Sociologia de Públicos de Museus.

Perfil 3:

Código da Vaga: PESQ - 003

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Associado - I

Área de atuação: Museologia

Número de vagas: 1 (uma) para preto ou pardo

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos: Ter curso superior completo em Museologia, ou Conservação, ou em História e Doutorado em Museologia ou Conservação ou em Engenharia Metalúrgica; ter realizado pesquisa durante, pelo menos, três anos, após a obtenção do título de Doutor; ter realizado pesquisa de forma independente em sua área de atuação, demonstrada por publicações relevantes de circulação nacional e internacional; ter contribuído para a formação de novos pesquisadores por meio de orientação ou co-orientação de alunos de mestrado. Registro no conselho de classe para Museólogos.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: realizar pesquisas na área de conservação de acervos museológicos, em especial de artefatos de metais, incluindo acondicionamento, conservação preventiva, curativa e restauração. Apoiar as atividades desenvolvidas no Laboratório de Conservação de Metais (LAMET) do MAST. Pesquisar e desenvolver procedimentos de conservação para os acervos do MAST. Produzir publicações acadêmicas sobre as pesquisas desenvolvidas. Atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição e contribuir em projetos interdisciplinares com as demais áreas finalísticas do MAST. Colaborar para a organização de eventos acadêmicos na sua área de trabalho e contribuir para o desenvolvimento dos cursos de mestrado e doutorado em que o MAST participa ou realiza.

Tópicos para a Prova Escrita: 1. História da conservação; 2. Teorias da conservação-restauração; 3. Preservação, conservação curativa, conservação preventiva, restauração - definições, conceitos e exemplos; 4. Cartas patrimoniais para conservação; os organismos internacionais e a conservação; 5. Agentes agressores e conservação preventiva, equipamentos, temperatura, umidade relativa, iluminação (radiação), poluentes atmosféricos, insetos, roedores e fungos, outros fatores (humanos, edificação etc.); 6. Técnicas analíticas para auxílio na conservação; 7. Conservação de objetos metálicos; conservação e restauração de instrumentos científicos.

Perfil 4:

Código da Vaga: PESQ - 004

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I

Área de atuação: História da Ciência e Tecnologia

Número de vagas de ampla concorrência: 3 (três)

Número de vagas reservadas para candidatos pretos ou pardos: 1 (uma)

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 22 (vinte e dois)

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos: Profissional com título de Doutor em programa de pós-graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e com experiência de pesquisa em História Social da Ciência e da Tecnologia em acervos institucionais e pessoais relacionados à Ciência e Tecnologia.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: elaboração, realização e coordenação de projetos de pesquisa em história da ciência e tecnologia; realização e coordenação de projetos de pesquisa nos acervos do MAST; disseminação dos resultados de pesquisa em publicações e apresentações em eventos científicos especializados; formação de recursos humanos em pesquisa no campo da História da Ciência e da Tecnologia; realização de atividades de extensão e divulgação em história da ciência e da tecnologia; identificação e indicação de acervos arquivísticos, museológicos, e bibliográficos de história da ciência e da tecnologia a serem adquiridos pelo MAST; atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição; contribuir em projetos interdisciplinares das demais áreas finalísticas do MAST.

Tópicos para a Prova Escrita: História e Historiografia das Ciências e da Tecnologia: 1. Marcos e transformações na Historiografia das Ciências; 2. Ciências, Tecnologias, Sociedade e Relações de Poder; 3. Institucionalização das Ciências no Brasil; 4. Ciências, Tecnologias e as diferentes formas de conhecimento; 5. Processos de internacionalização da Ciência; 6. Ciências, Tecnologias e Natureza; 7. Instrumentos científicos na História das Ciências e das Tecnologias.

Perfil 5:

Código da Vaga: PESQ - 005

Cargo: Pesquisador

Classe/Padrão: Pesquisador Adjunto - I

Área de atuação: Museologia

Número de vagas: 1 (uma) para ampla concorrência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Formação exigida: Doutorado

Pré-requisitos: Ter curso superior completo em Museologia e Doutorado em Museologia ou História das Ciências ou História ou Memória Social. Ter experiência no desenvolvimento e/ou coordenação de projetos de pesquisa na área de Museologia e de Patrimônio de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T& I); ter experiência na redação e publicação de artigos em periódicos acadêmicos nacionais. Registro no conselho de classe.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: coordenar projeto(s) de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e realizar pesquisas no campo da Museologia e do Patrimônio que se articulem com as linhas de pesquisa desenvolvidas na Coordenação de Museologia do MAST; colaborar para a organização de eventos acadêmicos no campo e contribuir para o desenvolvimento dos cursos de mestrado e doutorado em que o MAST participa ou realiza. Atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição e contribuir em projetos interdisciplinares com as demais áreas finalísticas do MAST.

Tópicos para a Prova Escrita: 1. Abordagem teórico-filosófica do patrimônio cultural de C,T& I: conceitos e evolução histórica do tema. 2. Estudos de coleções em museus. 3. Aspectos filosóficos, políticos e éticos da preservação do patrimônio. 4. Interpretação da cultura material das ciências. 5. Teoria da Museologia: história dos museus, história da Museologia, fundamentação teórica. 6. Processos de musealização e patrimonialização. 7. Museus de Ciência: características, tipologias, funções, agentes e instrumentos.

ANEXO II - TABELA DE REMUNERAÇÕES

Rendimento bruto, em reais, conforme Medida Provisória nº 1.170, de 28/4/2023.

Cargo	Classe/Padrão	Vencimento básico	Retribuição por titulação /Doutorado	Gratificação de desempenho (valor máximo)	Valor total
Pesquisador	Adjunto I	R\$ 6.710,29	R\$ 5.412,57	R\$ 2.152,00	R\$14.274,86
	Associado I	R\$ 7.617,64	R\$ 2.345,00	R\$ 6.172,22	R\$16.134,86

ANEXO III - PONTUAÇÃO RELATIVA À ANÁLISE DE TÍTULOS E CURRÍCULO

Os pontos desta etapa serão calculados pela soma das Pontuações Calculadas (PC), que representam a pontuação unitária (PU) multiplicada pelo número de ações ou atividades (N) realizadas em cada item especificado no Quadro.

Item	Pontuação	
	Pontuação Unitária (PU)	
Atividades Técnico-Científicas	Máximo de 25 pontos	
Participação em projetos de exposições culturais-científicas, documentação e conservação de acervos, ou organização de evento de divulgação científica.	2,00	
Participação em atividades de divulgação (oficinas, palestras, mediações, vídeos, incluindo organização de exposições.)	0,50	
Recurso educacional desenvolvido (jogos, vídeos, multimídia, aparatos interativos, sequência didática, folders explicativos, etc.)	0,50	
Coordenação ou organização de livro ou periódico especializado.	1,00	
Coordenação e/ou organização de evento científico internacional.	2,00	
Coordenador e/ou organizador de evento científico nacional.	1,00	
Participação em comissão científica de congressos, comitês editoriais, comissões técnicas.	0,50	
Produtos ou publicações técnicas (inventário, catálogo, relatórios, base de dados, etc.).	1,00	
Assessorias, revisões técnicas e pareceres.	0,50	
Participação em bancas de pós-graduação, concursos públicos e final de curso de graduação.	0,50	
Publicações	Máximo de 50 pontos	
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação internacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes A e B1	4,00	
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação internacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes B2 e B3	3,00	
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação nacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes C e D	1,00	
Livro resultante de pesquisa, ou didático, ou paradidático ou de divulgação.	5,00	
Capítulo de livro	1,00	
Trabalho completo publicado em anais de congresso (internacional)	1,00	
Trabalho completo publicado em anais de congresso (nacional)	0,50	
Artigo ou texto de divulgação publicado em periódico de grande circulação ou resenha	0,50	
Participação em eventos e reuniões técnico-científicas	Máximo de 25 pontos	
Conferência / palestra como convidado em evento internacional / nacional	1,00	
Conferência / palestra como convidado em evento regional/ estadual / institucional	0,50	
Participação em mesa-redonda como convidado em evento nacional / internacional	0,50	
Participação em mesa-redonda como convidado em evento regional / estadual / institucional	0,50	

(*)Republicação do EDITAL Nº 1/2023, de 10 de outubro de 2023, por ter constado incorreções, quanto ao original, na Edição 195-A, do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2023, Seção 3 - Extra A, Página 9.

EDITAL Nº 2, DE 9 DE OUTUBRO DE 2023 (*) CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

O Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Unidade de Pesquisa pertencente à estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo em vista a Portaria GM/MGI nº 1.369, de 6/4/2023, da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, publicada no Diário Oficial da União - DOU do dia 10 subsequente, e a Portaria MCTI nº 7.227, de 12/7/2023, da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, publicada no DOU do dia 13 subsequente, alterada pela Portaria MCTI nº 7.298, de 3/8/2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 subsequente, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS para provimento efetivo de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de TECNÓLOGISTA da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico, de acordo com o disposto neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O concurso será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações posteriores, promovido pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, visando o preenchimento de 8 vagas, conforme disposto no Anexo I deste Edital.



1.2. O prazo de validade do concurso é de 24 meses, contados da data da publicação da homologação do resultado final do concurso no Diário Oficial da União (DOU), podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, com base no Art. 43, § 1º, do Decreto nº 9.739/2019.

1.2.1. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas a Pessoas com Deficiência (PcD), providas na forma do §2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990, e do § 1º do art. 1º do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações.

1.3. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, 20% (vinte por cento) serão reservadas aos que concorrerem a cotas para pretos ou pardos, com fundamento no art. 1º da Lei nº 12.990/2014.

1.4. O concurso será realizado em conformidade com a legislação vigente, em particular:

- a) a Constituição Federal de 1988;
- b) as Leis Federais nº 8.112/1990; nº 8.691/1993; nº 10.741/2003; nº 12.990/2014; nº 13.146/2015; nº 13.656/2018; nº 13.872/2019; nº 9.784/1999;
- c) os Decretos do Poder Executivo nº 3.298/1999; nº 5.296/2004; nº 6.593/2008; nº 8.727/2016; nº 9.094/2017; nº 9.508/2018; nº 9.739/2019; nº 11.016/2022;
- d) a Resolução nº 2, de 23/11/1994, do Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia;
- e) Instrução Normativa MGI nº 23/2023;
- f) Portaria GM/MGI nº 1.369/2023.

1.5. O concurso será organizado e operacionalizado pelo Instituto de Acesso à Educação, Capacitação Profissional e Desenvolvimento Humano - Instituto ACCESS, contratado pelo INT para tal fim, conforme previsto na legislação e supervisionado pela Comissão Interna de Concurso do MAST, designada pela Portaria 173/2023, publicada no Boletim de Comunicação Interna do MAST nº 007, do dia 31/7/2023.

1.5.1. A operacionalização do concurso será delegada ao Instituto ACCESS, conforme permitido em legislação.

1.6. Todas as informações relativas ao concurso objeto deste Edital e o cronograma previsto poderão ser obtidas no endereço eletrônico www.access.org.br, site do Instituto ACCESS, na página de acompanhamento do certame, sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações e das informações ali contidas.

1.6.1. As consultas serão atendidas e respondidas somente em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 16h, horário de Brasília.

1.6.2. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção de informações referentes ao concurso, em particular, às retificações do Edital, ao acompanhamento dos prazos e às possíveis atualizações do cronograma, inclusive quanto às datas e horários de realização das provas.

1.7. A inscrição do candidato implicará concordância plena e integral com os termos deste Edital, de seus anexos, eventuais alterações e da legislação vigente.

1.7.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

1.8. Todos os questionamentos relacionados ao presente edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC do Instituto ACCESS, por meio do "Fale Conosco" no endereço eletrônico www.access.org.br, pelo e-mail contato@access.org.br, pelo WhatsApp (61) 98308-6517 ou pelo telefone (61) 3030-3441, somente em dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 16h.

1.9. Para os procedimentos que exigem o envio de documentação digital via upload, somente serão aceitas imagens que estejam nos formatos PDF, PNG, JPEG e JPG. O tamanho de cada imagem submetida deverá ser de, no máximo, 5 MB. É de responsabilidade do candidato a qualidade da imagem enviada que permita a correta visualização das informações contidas no(s) documento(s) apresentado(s), sob pena de indeferimento da solicitação e (ou) de atribuição de pontuação.

1.9.1. O candidato deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório dos documentos digitais apresentados. Caso seja solicitado pelo Instituto ACCESS, o candidato deverá enviar o(s) referido(s) documento(s) por meio de carta registrada, para confirmação da veracidade das informações.

1.9.2. O envio tempestivo e da documentação digital via upload é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Instituto ACCESS não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do documento a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

2. DO CONCURSO

2.1. O concurso público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade do Instituto ACCESS e compreenderá:

- a) Etapa 1: prova escrita objetiva e discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) Etapa 2: prova oral, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) Etapa 3: análise do currículo e apreciação dos títulos, de caráter classificatório.

2.2. A Diretoria do MAST nomeou Comissão Interna de Concurso Público, formalizada através da Portaria MAST Nº 173, de 26 de julho de 2023, para acompanhamento e supervisão do certame.

2.3. O presente concurso público destina-se ao preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Tecnologista Júnior e Tecnologista Pleno discriminados no Anexo I deste Edital.

2.4. O Regime Jurídico, no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário, conforme dispõe a Lei 8.112/1990.

2.5. Todas as etapas deste concurso serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro - RJ, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitarem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros. Tais etapas serão realizadas em local, data e horário a serem comunicados oportunamente na página de acompanhamento do concurso (www.access.org.br), de acordo com o cronograma do certame.

2.6. A homologação do resultado final deste concurso público poderá se dar por cargos, separadamente, ou pelo conjunto de cargos disponibilizados neste Edital, a critério da Administração.

2.7. Será observado o horário oficial de Brasília/DF para todos os fins deste concurso público.

3. DAS VAGAS

3.1. O concurso visa ao provimento de 8 (oito) vagas para o cargo de Tecnologista, do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia, regulado pela Lei nº 8.691/1993, em diferentes classes e áreas de atuação, conforme os perfis especificados no Anexo I.

3.2. O ingresso no cargo dar-se-á sempre no padrão inicial da respectiva classe.

3.3. O regime de trabalho para todas os cargos e classes é de 40 (quarenta) horas semanais.

3.4. A formação mínima exigida e os pré-requisitos para concorrer em cada perfil encontram-se especificados no Anexo I.

3.5. As atribuições de cada cargo, para os diferentes perfis, e o respectivo órgão de lotação encontram-se especificados no Anexo I.

3.5.1. Ficam incluídas, entre as atribuições dos cargos, as atividades de fiscalização de contratos de prestação de serviços, a participação em comissões de processos disciplinares, e a participação em comissões acadêmicas e administrativas internas, quando requerido no interesse do MAST.

3.6. A remuneração correspondente a cada cargo/classe concursada encontra-se especificada no Anexo II.

3.7. As vagas reservadas para candidatos com deficiência e para candidatos pretos e pardos foram definidas em sessão pública no dia 6 de outubro de 2023, cuja gravação encontra-se disponível no canal de YouTube do MAST.

4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

4.1. Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, seus Anexos e retificações.

4.2. Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do disposto no art. 12, § 1º da Constituição Federal, e no art. 13 do Decreto nº 70.436/1972;

4.2.1. Se brasileiro, gozar dos direitos políticos e estar em dia com as obrigações eleitorais, e com as obrigações do Serviço Militar se do sexo masculino.

4.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse do cargo.

4.4. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/perfil, comprovada por junta médica do MAST ou por ele designada.

4.5. Não estar incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, nos termos do disposto no art. 137, da Lei nº 8.112/1990.

4.6. Não acumular cargos, empregos e funções públicas, mesmo com proventos de inatividade, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo previsto no art. 13, § 1º, da Lei 8.112/1990 para a posse do cargo.

4.7. Obedecer às exigências das atribuições do cargo, em conformidade com a Lei nº 8.691/1993 e com o disposto neste Edital.

4.8. Não se encontrar cumprindo penalidade administrativa ou criminal impeditiva do exercício de cargo público federal.

4.9. Apresentar, na data da convocação para a posse, as certidões e diplomas originais que comprovem a titulação e a experiência requeridas para o respectivo perfil, conforme indicado no Anexo I.

4.9.1. No caso de certidões ou diplomas deverão corresponder a cursos de nível superior reconhecidos pelo Ministério da Educação.

4.9.2. No caso de certidões ou diplomas concedidos por instituição estrangeira somente serão aceitos quando acompanhados da respectiva revalidação por instituição brasileira, devidamente credenciada para este fim, conforme o art. 48, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.394/1996.

4.10. Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse, se solicitados pelo MAST.

4.11. Cumprir com os procedimentos de heteroidentificação, no caso de candidatos pretos ou pardos aprovados, conforme previsto na legislação vigente e no presente Edital.

4.12. Cumprir com os procedimentos de perícia médica, no caso de candidatos com deficiência aprovados, conforme previsto na legislação vigente e no presente Edital.

4.13. Para todos os requisitos que requeiram de comprovação documental deverá ser apresentado o documento original acompanhado de fotocópia simples, sendo passível de desclassificação o candidato que não os apresentar.

5. DO CRONOGRAMA

Fases	Data prevista
Publicação do Edital de Abertura	10/10/2023
Data limite para impugnação do Edital	16/10/2023
Realização de sorteio das vagas reservadas aos candidatos pretos e pardos e pessoas com deficiência	06/10/2023
Divulgação do resultado dos sorteios das vagas reservadas aos candidatos pretos e pardos e pessoas com deficiência	06/10/2023
Republicação do Edital de Abertura	29/12/2023
Data limite para impugnação do Edital de Abertura	04/01/2024
Divulgação da análise das impugnações ao Edital de Abertura	08/01/2024
Período de inscrições	08/01/2024 a 15/02/2024
Prazo para requerer isenção da taxa de inscrição	08 e 09/01/2024
Resultado preliminar da análise dos requerimentos de isenção	17/01/2024
Prazo para interposição de recursos	18 e 19/01/2024
Resultado definitivo da análise dos requerimentos de isenção	25/01/2024
Último dia para reimpressão da GRU e pagamento da taxa de inscrição	16/02/2024
Divulgação do resultado preliminar das inscrições homologadas (ampla, PcD e PPP)	28/02/2024
Prazo para interposição de recursos	29/02 e 01/03/2024
Divulgação do resultado final das inscrições homologadas (ampla, PcD e PPP)	11/03/2024
Divulgação das datas e horários das provas - impressão dos cartões de confirmação de inscrição	01/04/2024
Realização das provas objetivas e discursivas	07/04/2024
Divulgação dos gabaritos preliminares	08/04/2024
Prazo para interposição de recursos	09 e 10/04/2024
Divulgação do resultado preliminar das provas objetivas e dos espelhos dos cartões de respostas	24/04/2024
Prazo para interposição de recursos	25 e 26/04/2024
Resultado definitivo das provas objetivas	06/05/2024
Divulgação do resultado preliminar das provas discursivas e disponibilização dos espelhos das folhas de textos definitivos	06/05/2024
Prazo para interposição de recursos	07 e 08/05/2024
Resultado definitivo das provas discursivas	14/05/2024
Divulgação da composição das bancas das demais etapas	20/05/2024
Prazo para impugnação dos membros das bancas	21 e 22/05/2024
Divulgação da composição definitiva dos membros das bancas das demais etapas	29/05/2024
Realização das demais etapas	Conforme convocação específica

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

6.2. A inscrição no presente Concurso Público poderá ser efetuada entre os dias 08 de janeiro de 2024 e 15 de fevereiro de 2024, das 10h do primeiro dia até às 23h59 do último dia, exclusivamente através do formulário eletrônico disponível no site do Instituto ACCESS, endereço eletrônico www.access.org.br, não sendo aceitos outros meios de inscrição.

6.3. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

6.4. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do concurso, tais como aqueles relativos à data de nascimento, notas e desempenho nas provas, inscrição para concorrer nas vagas reservadas, entre outros. Apenas serão divulgadas informações essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao concurso público.

6.5. Antes de realizar os procedimentos descritos nos subitens a seguir, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.access.org.br, cadastrar o CPF e gerar a senha de acesso exclusivo ao sistema de inscrição.

6.6. Para se inscrever, o candidato deverá preencher todos os campos do formulário, indicando:

- a) o perfil e a área de atuação, dentre os elencados no Anexo I, para o qual deseja concorrer;



b) se se autodeclara pessoa preta ou parda (PPP) para concorrer às eventuais vagas reservadas;

c) se se declara pessoa com deficiência (PcD) para concorrer às eventuais vagas reservadas;

d) se precisará de condições especiais para realização das diferentes etapas do concurso, caso se declare pessoa com deficiência e (ou) que precise de atendimento especializado;

e) se precisará amamentar seu(s) filho(s) de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das diferentes etapas do concurso, caso seja mãe lactante;

f) se solicita isenção da taxa de inscrição no concurso, com base na Lei nº 13.656/2018.

6.7. O candidato deverá fazer o upload, no ato de inscrição, dos seguintes documentos:

a) Curriculum Vitae (Lattes);

b) comprovações de todos os itens relacionados no currículo Lattes enviado, com especial atenção aos itens elencados no Anexo III. No caso de publicações, é(são) suficiente(s) a(s) cópia da(s) página(s) onde figurem os dados de autoria e publicação;

c) imagem do documento de identidade, com foto e legível; e (ou)

d) imagem dos documentos adicionais exigidos no caso de candidatos com deficiência, mães lactantes, ou candidatos que solicitam isenção da taxa de inscrição, conforme previsto neste Edital.

6.8. A taxa de inscrição é de R\$100,00 (cem reais).

6.9. Após realizados os procedimentos descritos nos subitens 6.6 e 6.7 deste Edital, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), caso não tenha solicitado ou não tenha sido concedida a isenção da taxa de sua inscrição.

6.9.1. Para efetivação da inscrição no concurso público o candidato que não obteve a isenção da taxa de inscrição (conforme item 7 deste Edital) deverá imprimir a Guia de Recolhimento da União - GRU, mediante acesso a "Área do Candidato", e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 16 de fevereiro de 2024.

6.9.2. O comprovante provisório de inscrição do candidato será a GRU, devidamente quitada até a data de vencimento.

6.9.3. Comprovante de agendamento bancário não será válido para fins de efetivação de pagamento da GRU referente a taxa de inscrição.

6.10. A inscrição no presente concurso público implica na aceitação irrestrita das condições estabelecidas neste Edital de abertura e demais editais complementares e retificadores, bem como de todas as normas que o norteiam, em relação aos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.11. Caso, quando do processamento das inscrições, seja verificada a existência de mais de uma inscrição efetivada (por meio de pagamento ou isenção da taxa) por um mesmo candidato, para um mesmo turno de provas, somente será considerada válida e homologada aquela que tiver sido realizada por último, conforme data e hora de envio do requerimento via internet no sistema informatizado. Conseqüentemente, as demais inscrições do candidato serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

6.12. A inscrição do candidato somente será concretizada e validada após a confirmação do pagamento do valor da taxa de inscrição pela instituição bancária ou pedido de isenção concedido.

6.13. Não será enviado comprovante definitivo de inscrição para o endereço e (ou) e-mail do candidato.

6.14. A inscrição cujo pagamento tenha sido realizado em desobediência às condições previstas neste Edital não será validada, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.15. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se o MAST e o Instituto ACCESS de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas ou incompletas, endereço inexistente ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo, fornecido pelo candidato.

6.16. O formulário de inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis.

6.17. A inscrição será cancelada caso o candidato faça uso do CPF de outrem para se inscrever no presente concurso público, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.18. No dia 28 de fevereiro de 2024 será publicado o resultado preliminar da homologação das inscrições contendo a relação dos candidatos com inscrição deferida, com prazo de 2 (dois) dias úteis para a interposição de recursos contra o indeferimento da inscrição.

6.19. O resultado definitivo da homologação das inscrições, após análise dos recursos interpostos, será divulgado no dia 11 de março de 2024.

6.20. O MAST e o Instituto ACCESS, desde que não tenham dado causa, não se responsabilizarão por inscrições não recebidas, recebidas de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados e (ou) o pagamento da taxa de inscrição.

6.21. A inexistência das declarações ou a irregularidade dos documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminarão o candidato do concurso, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

6.22. Não haverá devolução do valor da taxa de inscrição, exceto por anulação plena deste concurso, assim como não haverá isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição, exceto se isenção nos termos dispostos no item 6 deste Edital.

6.23. Em qualquer situação, a devolução do valor referente a taxa de inscrição somente será efetuada em nome do candidato inscrito.

6.24. O Instituto ACCESS, após verificar o pagamento da inscrição ou a concessão de isenção do pagamento da taxa, divulgará, no prazo previsto no cronograma, a lista preliminar dos candidatos cuja inscrição no certame foi homologada.

6.25. No caso de indeferimento do pedido de inscrição, caberá interposição de recurso do candidato, dentro de um prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, contados a partir da divulgação do resultado do indeferimento.

6.26. Findo o prazo para análise dos recursos, será divulgada a relação final dos candidatos cuja inscrição no certame foi homologada.

6.27. O valor da taxa de inscrição pago não será devolvido caso o candidato não tenha sua inscrição homologada ou desista posteriormente de realizar o concurso.

6.28. No caso em que o número de candidatos oficialmente inscritos num perfil for igual ou inferior ao número de vagas disponíveis no perfil, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado, uma única vez, por um período mínimo de 10 (dez) dias úteis.

7. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição, exceto para aqueles candidatos que, no ato da inscrição, comprovem estar enquadrados nas previsões da Lei nº 13.656/2018.

7.2. Para pedido de isenção com base no CadÚnico, conforme o Decreto Federal nº 6.593/2008 e o Decreto Federal nº 11.016/2022, o candidato deverá anexar os seguintes documentos no ato de inscrição:

a) preenchimento do requerimento disponível no aplicativo de inscrição com a indicação do Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico;

b) preenchimento de declaração de que é membro de família de baixa renda (declaração de hipossuficiência), nos termos do Decreto Federal nº 11.016/2022.

7.3. Para pedido como doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, conforme a Lei nº 13.656/2018, o candidato deverá anexar o seguinte documento no ato de inscrição: atestado ou laudo emitido por médico de entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, inscrito no Conselho Regional de

Medicina, que comprove que o candidato efetuou a doação de medula óssea, bem como a data da doação.

7.4. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do concurso, que o candidato prestou informação falsa com o intuito de usufruir da isenção da taxa de inscrição, ficará o mesmo sujeito às penalidades do art. 2º, da Lei nº 13.656/2018.

7.5. O candidato é inteiramente responsável pelas informações prestadas, bem como pela exatidão da documentação apresentada no ato da inscrição.

7.6. Caso o pedido de isenção da taxa de inscrição seja indeferido, e após ter esgotado a etapa recursal, o candidato poderá regularizar a sua inscrição efetuando o pagamento da taxa e apresentando o respectivo comprovante antes do prazo para a divulgação da relação final de inscrições homologadas.

8. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

8.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, 5% (cinco por cento) está reservada para pessoas com deficiência, nos termos do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, do art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, do art. 4º, do Decreto nº 3.298/1999, e do Decreto nº 9.508/2018, conforme discriminado no Anexo I.

8.2. O candidato com deficiência deverá declarar essa condição no ato da inscrição, especificando e comprovando a deficiência que possui em consonância com o art. 3º do Decreto nº 9.508/2018.

8.3. Para requerer inscrição na condição de pessoa com deficiência, o candidato deverá no momento do preenchimento do formulário de inscrição:

a) assinalar que deseja concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência; e

b) fazer o upload do laudo médico (original) atestando a espécie, grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência, de acordo com a lei; e

c) informar a necessidade de tratamento diferenciado para os dias de realização das provas, especificando as condições requeridas para tal, se for o caso.

8.3.1. O laudo deve ser emitido em período inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de abertura das inscrições deste concurso, e deve constar data, assinatura do médico especialista e carimbo legível contendo nome e número de inscrição no CRM.

8.4. A inobservância do disposto no item 8.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência e eximirá a organização do concurso do atendimento a quaisquer condições especiais necessárias para realização das provas.

8.5. Em perfil que tiver vagas reservadas e vagas destinadas à ampla concorrência, os candidatos que se declarem com deficiência concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame.

8.6. Em perfil que tiver somente vagas reservadas, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essas vagas, mas terão prioridade os candidatos que se declarem com deficiência aprovados.

8.7. Os candidatos que se declarem com deficiência aprovados dentro das vagas oferecidas para ampla concorrência no perfil não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

8.8. Na hipótese de não haver candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos com deficiência aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

8.9. O candidato que se declarar com deficiência, se aprovado nas etapas do concurso, deverá submeter-se à avaliação biopsicossocial, promovida por equipe multiprofissional, sob responsabilidade do Instituto ACCESS, que aprovará ou não a sua qualificação como com deficiência e avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo/área de atuação e a deficiência do candidato, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 9.508/2018.

8.9.1. Os candidatos deverão comparecer à etapa de avaliação biopsicossocial, munidos de laudo médico original que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência.

8.9.2. O laudo médico apresentado não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

8.9.3. O Instituto ACCESS, com base no resultado desta avaliação, declarará a compatibilidade ou não da deficiência com a atividade na qual o candidato optou por concorrer, não cabendo recurso desta decisão.

8.10. O candidato que for reprovado na perícia médica oficial perderá o direito às vagas reservadas para pessoas com deficiência.

8.11. O candidato que deixar de comparecer à perícia médica oficial, na data, horário e local estabelecidos, passará a concorrer apenas às vagas para ampla concorrência.

8.12. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para candidatos com deficiência, o mesmo será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

8.13. Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 9.508/2018, participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

8.14. Será indeferida a inscrição do candidato na condição de pessoa com deficiência que:

a) não marcar a opção de concorrer à reserva de vaga para pessoas com deficiência ou não anexar o laudo médico;

b) não atender à forma, ao prazo ou aos horários previstos neste Edital;

c) apresentar laudo médico com o nome do candidato ilegível e que não possa ser identificado, ou que a imagem digitalizada não esteja legível;

d) não for considerado pessoa com deficiência na perícia médica oficial.

8.15. No caso de indeferimento da inscrição na condição de pessoa com deficiência, será inscrito no concurso com sua participação somente nas listas de ampla concorrência e/ou de candidato negro, se tiver atendido também aos requisitos do item 9.

9. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PRETOS OU PARDOS

9.1. Do total de vagas para cada cargo previstas neste Edital, 20% (vinte por cento) está reservada para candidatos pretos ou pardos, nos termos da Lei nº 12.990/2014, conforme discriminado no Anexo I.

9.2. Para concorrer a uma destas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preto ou pardo, conforme o quesito "cor ou raça" utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

9.3. A inobservância do disposto no item 9.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos pretos ou pardos.

9.4. Em perfil que tiver vagas reservadas e vagas destinadas à ampla concorrência, os candidatos autodeclarados pretos e pardos concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no certame.

9.5. Em perfil que tiver somente vagas reservadas, sem vagas para ampla concorrência, outros candidatos poderão concorrer a essas vagas, mas terão prioridade os candidatos autodeclarados pretos e pardos aprovados.

9.6. As pessoas pretas ou pardas que optarem, na forma do subitem 9.1., por concorrer às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no certame.

9.6.1. As pessoas pretas ou pardas aprovadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito do preenchimento das vagas reservadas.



9.6.2. Tendo em vista a realização do certame em mais de uma etapa, as pessoas pretas ou pardas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência deverão figurar tanto na lista de classificados dentro das vagas reservadas, quanto na lista de classificados da ampla concorrência.

9.6.3. Em virtude da cláusula de barreira, as pessoas pretas ou pardas que obtiverem pontuação suficiente para aprovação em ampla concorrência não deverão ser contabilizadas no quantitativo total de aprovados para as vagas reservadas a pessoas pretas ou pardas.

9.6.4. O disposto no subitem 9.6.3 somente se aplica à pessoa optante pela reserva de vagas que tiver obtido a pontuação mínima para aprovação em cada etapa do certame, nos termos do edital.

9.7. Na hipótese de não haver candidatos pretos e pardos inscritos para as vagas reservadas no perfil, ou de não haver número suficiente de candidatos autodeclarados pretos e pardos aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados no perfil, observada a ordem de classificação.

9.8. O procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos pretos e pardos será realizado por comissão nomeada especificamente para tal fim, sendo considerados, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados, obrigatoriamente, com a presença do candidato, conforme previsto nos arts. 6º e 9º da Portaria Normativa MP nº 04/2018.

9.8.1. O procedimento de heteroidentificação, bem como o respectivo período recursal e demais informações, serão regidos por edital específico, que será publicado antes da homologação do resultado final do concurso, na página de acompanhamento do concurso (www.access.org.br), em atendimento ao art. 8º, § 2º, da Portaria Normativa MP nº 04/2018.

9.9. O candidato que não tiver a sua autodeclaração confirmada pelo processo de heteroidentificação perderá o direito às vagas reservadas para pretos ou pardos.

9.10. O candidato que deixar de comparecer para o procedimento de heteroidentificação, na data, horário e local estabelecidos, ou que recusar à filmagem do processo de heteroidentificação, será eliminado da etapa e deixará de concorrer às vagas reservadas.

9.11. Constatando-se, antes, durante ou depois da realização do concurso, que o candidato apresentou declaração falsa com o intuito de concorrer às vagas reservadas para pretos ou pardos, o mesmo será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10. DO ATENDIMENTO A CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ADAPTAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.1. O candidato que necessitar de adaptações para a realização das provas deverá indicar, no formulário de solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários para cada fase do concurso e, ainda, enviar, durante o período de inscrições, laudo médico específico (imagem do documento original) que justifique o atendimento especial solicitado.

10.2. Os serviços de assistência de interpretação por terceiros aos candidatos com deficiência serão registrados em áudio e vídeo e disponibilizados nos períodos de recurso estabelecidos neste Edital.

10.3. Para concessão de tempo adicional, o candidato deverá apresentar laudo médico específico (imagem do documento original). Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade.

10.3.1. A concessão de tempo adicional para a realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica (laudo médico específico). Em nome da isonomia entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora a mais para os candidatos nessa situação.

10.4. Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar atendimento especial após a data de encerramento das inscrições, o candidato deverá enviar solicitação de atendimento especial via e-mail para contato@access.org.br, juntamente com cópia digitalizada do laudo médico específico que justifique o pedido.

10.5. O fornecimento do laudo médico (arquivo digital do documento original) é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Instituto ACCESS não se responsabilizará por laudos médicos que não tenham sido recebidos por fatores de ordem técnica dos computadores, os quais impossibilitem a transferência dos dados e/ou causem falhas de comunicação, ou congestionamento das linhas de transmissão de dados. O laudo médico específico terá validade somente para este concurso público.

10.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deve solicitar atendimento especial para tal fim.

10.6.1. Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas, mediante prévia solicitação ao Instituto ACCESS.

10.6.2. Terá o direito ao disposto no item anterior a mãe cujo filho tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização das provas.

10.6.3. A prova da idade da criança será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento original durante sua realização.

10.6.4. Deferida a solicitação de que trata o item 10.6, a mãe deverá, no dia das provas, levar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.

10.6.5. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para o início das provas e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

10.6.6. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

10.6.7. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por um (a) fiscal.

10.6.8. O tempo total utilizado para amamentação permitirá o acréscimo na duração fixada para realização das provas até o máximo de 30 (trinta) minutos.

10.6.9. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

10.7. O candidato poderá requerer, no ato da inscrição, o atendimento pelo nome social durante as etapas do concurso, devendo especificar o mesmo no formulário de inscrição, juntamente com seu nome civil, em atendimento ao Decreto nº 8.727/2016.

10.7.1. Não será utilizado nas publicações oficiais o nome social, caso o mesmo não tenha sido registrado em documentos públicos de identificação.

11. DAS ETAPAS

11.1. O concurso de provas e títulos para os cargos de Tecnologista consistirá das seguintes etapas:

a) Etapa 1: prova escrita objetiva e discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;

b) Etapa 2: prova oral sobre tema sorteado relativo ao conteúdo programático da vaga, de caráter eliminatório e classificatório;

c) Etapa 3: análise do currículo e apreciação dos títulos, de caráter classificatório.

11.2. Após a correção das provas objetivas, serão corrigidas apenas as provas discursivas dos candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 50,0 (cinquenta vírgula zero), até o limite dos 20 (vinte) primeiros colocados, respeitando a ordem decrescente de notas, acrescidos dos empates da última posição.

11.3. Durante a realização do concurso, os candidatos serão chamados para a prova oral, pela ordem de inscrição.

12. DAS PROVAS ESCRITAS

12.1. A prova objetiva será composta por 50 (cinquenta) questões, valendo 2 (dois) pontos cada uma.

12.2. A prova discursiva será composta por 3 (três) questões com valor total de 100 (cem) pontos. A nota final será a soma das notas parciais com os seguintes valores máximos: questão 1 - 40 (quarenta) pontos, questão 2 - 30 (trinta) pontos e questão 3 - 30 (trinta) pontos.

12.3. A nota desta etapa será a média aritmética das notas da prova objetiva e da prova discursiva.

12.4. Os candidatos com nota inferior a 50,00 (cinquenta) pontos na prova objetiva ou na prova discursiva serão automaticamente eliminados do concurso.

12.5. O quadro abaixo indica os critérios e pontuações que serão utilizados na avaliação das provas escritas:

AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS	
CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Observância das normas de ortografia, pontuação, concordância, regência e flexão, paragrafação, estruturação de períodos, coerência e lógica na exposição das ideias.	20,00
Pertinência da exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao conteúdo programático proposto.	60,00
Relação lógica entre as ideias, objetividade, ordenação e clareza.	20,00
TOTAL	100,00

13. DA PROVA ORAL

13.1. A prova oral versará sobre 1 (um) dos tópicos relacionados ao perfil da vaga, conforme listados no Anexo I.

13.2. Na presença da Comissão Examinadora ou de um representante do Instituto ACCESS, e em audiência pública, será sorteado 1 (um) tópico dos relacionados ao perfil da vaga.

13.3. O sorteio do tópico será realizado 24 (vinte e quatro) horas antes do início da prova oral.

13.4. A prova oral será realizada por meio da exposição do tópico em sessão pública, frente à respectiva Comissão Examinadora, e consistirá de uma apresentação por parte do candidato, tendo duração mínima de 30 (trinta) minutos e máxima de 40 (quarenta) minutos.

13.4.1. Os demais candidatos concorrentes não poderão estar presentes na apresentação individual.

13.4.2. Os candidatos poderão fazer uso de recursos digitais para fins de apresentação (apresentação em powerpoint, canva, entre outros) na prova oral.

13.4.3. Após a exposição, será reservado o tempo de até 30 (trinta) minutos para que os membros da Comissão Examinadora possam arguir o candidato sobre o tema apresentado.

13.4.4. Finalizadas as arguições, e em sessão reservada, os membros da Comissão Examinadora, de forma individual, atribuirão notas de 0 (zero) a 100 (cem) a cada candidato, apurando em seguida a média aritmética resultante, consignando estes julgamentos em cédulas apropriadas, junto ao respectivo parecer, que serão colocados em envelopes rubricados e lacrados.

13.5. O candidato será considerado aprovado nesta etapa se obtiver nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos.

13.6. Todas as etapas descritas no item 13 deste Edital serão gravadas.

14. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

14.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar as etapas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário previsto para o seu início.

14.2. Será exigida a apresentação de documento oficial de identidade original, com fotografia e assinatura, não sendo aceitas cópias ainda que autenticadas.

14.2.1. São considerados documentos oficiais de identidade:

- carteira de identidade (RG) emitida por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal;
- Documento Nacional de Identificação (DNI);
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH, com foto);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- carteira de identidade expedida por Órgão de Classe ou Conselho Fiscalizador de exercício profissional;
- carteira de identidade das Forças Armadas;
- carteira funcional do Ministério Público ou da Magistratura;
- Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM ou RNE);
- Passaporte ou documento de viagem válido para ingresso no país, no caso de candidatos estrangeiros;
- outros documentos expedidos por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade.

14.2.2. Poderá ser apresentado documento digital (CNH, RG ou DNI), devendo ser mostrado no aplicativo oficial em que é disponibilizado e não por meio de captura de tela.

14.2.3. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

14.2.4. Não serão aceitos protocolos de tramitação ou quaisquer outros documentos tais como crachás, título de eleitor, carteira de estudante ou carteiras funcionais sem valor de identidade.

14.2.5. O candidato que estiver impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 90 (noventa) dias, e será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas.

14.3. É vedado aos candidatos prestar a prova fora do horário, data e local determinados pelo Instituto ACCESS.

14.4. Não será permitido o ingresso de candidato ao local de realização da prova após o horário fixado para seu início.

14.5. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, e o não comparecimento, qualquer que seja a alegação, acarretará a eliminação automática do candidato.

14.6. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, qualquer que seja o motivo alegado, com exceção ao disposto no item 10.3.1 deste Edital.

14.7. Por motivos de segurança, serão adotados os procedimentos a seguir:

- após ser identificado, o candidato não poderá se retirar do recinto de realização da prova escrita sem autorização e, caso autorizado, deverá ser acompanhado por algum dos fiscais presentes, inclusive para fazer uso dos sanitários;
- ao terminar a conferência do caderno de provas, caso se constate algum dado incompleto ou defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado;
- o candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato;
- o candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas;
- após finalizar e entregar a prova, o candidato poderá se retirar do recinto, devendo antes assinar a respectiva ata de realização da prova;
- os 3 (três) candidatos que finalizarem a prova por último deverão permanecer no recinto e somente poderão se retirar juntos, após terem assinado a ata;



g) é vedado o porte e/ou uso de telefones celulares ou de quaisquer outros equipamentos eletrônicos no recinto de realização da prova escrita, devendo esses aparelhos permanecer desligados e recolhidos em embalagem específica a ser fornecida aos candidatos durante toda a prova, sendo o infrator passível de eliminação do Concurso;

h) a prova deverá ser escrita exclusivamente com caneta azul ou preta, utilizando-se as folhas providenciadas pelo Instituto ACCESS, que estarão rubricadas por, pelo menos, um membro da Comissão e que o candidato deverá identificar com seu nome;

i) a prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que o impossibilite de redigir textos, como também no caso de candidato que solicitou atendimento especial para este fim, nos termos deste Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da Instituição Organizadora devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

j) O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível, bem como no caso de identificação em local indevido.

14.8. Terá suas provas anuladas e será automaticamente ELIMINADO do Concurso Público o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas: retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização; for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas; usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização; utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato; faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos; fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital; descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas; recusar-se a entregar o Cartão de Respostas ao término do tempo destinado à sua realização; ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Cartão de Respostas; não permitir a coleta de sua assinatura; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido; for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado.

14.9. A Comissão Examinadora poderá requisitar funcionários adicionais para ajudar nas tarefas de fiscalização da prova.

15. DA ANÁLISE DO CURRÍCULO E APRECIÇÃO DOS TÍTULOS

15.1. Serão convocados para a avaliação de títulos todos os candidatos aprovados na prova oral. Os candidatos não convocados para a avaliação de títulos estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

15.2. Na análise e apreciação de títulos e currículo, a Comissão Examinadora atribuirá uma nota de 0 (zero) a 100 (cem) a cada candidato. Os resultados do julgamento serão acondicionados em envelopes rubricados e lacrados.

15.3. Na análise do currículo e apreciação dos títulos para o cargo de Tecnologista serão considerados os quesitos descritos e pontuados no Anexo III.

15.3.1. Para receber a pontuação relativa ao título correspondente ao curso de especialização, mestrado ou doutorado, o candidato deverá comprovar que o curso é reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

15.4. O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado provisório na avaliação de títulos disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, conforme procedimentos disciplinados no respectivo edital de resultado provisório.

16. DA COMISSÃO EXAMINADORA

16.1. Para efeitos deste concurso, haverá 8 (oito) Comissões Examinadoras, uma para cada perfil descrito neste Edital.

16.2. Cada Comissão Examinadora será constituída por, no mínimo, 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos profissionais de alta qualificação nas áreas objeto do concurso, ou em áreas correlatas, sendo todos membros externos ao MAST.

16.2.1. Os membros das Comissões Examinadoras serão indicados pelo Instituto ACCESS.

16.2.2. Na indicação dos membros das Comissões Examinadoras, deverão ser considerados potenciais conflitos de interesse com os candidatos a serem avaliados, em particular:

a) ser ou ter sido orientador de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado ou pós-doutorado do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

b) ser ou ter sido chefe imediato ou supervisor do candidato, nos últimos 5 (cinco) anos;

c) ser membro de grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, do qual o candidato participe;

d) ser ou ter sido co-autor com o candidato de trabalho científico completo publicado em periódico, anais de evento ou livro nos últimos 5 (cinco) anos, podendo-se abrir exceções quando se tratar de artigos de grandes colaborações (5 ou acima de 5 co-autores) que não evidenciem uma colaboração estreita entre o membro da Comissão e o candidato;

e) ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com o candidato.

16.2.3. Não será permitida a presença em forma remota, por meio de vídeo conferência, de membros externos da Comissão Examinadora.

16.3. A composição das Comissões Examinadoras e os dias de sua instalação para o início do concurso serão divulgados na página de acompanhamento do concurso (www.access.org.br), até 10 (dez) dias antes da data da realização das provas.

16.3.1. As Comissões Examinadoras serão formalizadas através de Edital.

16.4. Uma vez oficializada a composição das Comissões Examinadoras, é facultado aos candidatos inscritos apresentar impugnação de qualquer um dos membros, por impedimentos legais, no prazo de até 2 (dois) dias úteis a contar da data da divulgação.

16.4.1. O pedido de impugnação deverá ser dirigido ao Instituto ACCESS, que, julgando-o procedente, designará novo(s) membro(s) para compor a Comissão Examinadora.

16.5. Caberá ao profissional da classe mais elevada e/ou de maior tempo no serviço público exercer a presidência da Comissão Examinadora.

17. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

17.1. A apuração das notas para habilitação dos candidatos obedecerá às seguintes normas:

a) a nota final será obtida pela média ponderada das notas de 0 (zero) a 100 (cem) das provas dos itens 12, 13 e 15, atribuindo os seguintes pesos, considerando apuração numérica até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais, sem arredondamento ou aproximação.

Cargo/Perfil	Prova escrita	Prova oral	Análise e apreciação de títulos
Tecnologista / Todos os perfis	50%	30%	20%

17.1.2. Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem nota mínima 50,0 (cinquenta) pontos de acordo com o disposto no item anterior.

17.2. Em caso de empate na nota final global, terá preferência o candidato que, nesta ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição no concurso, conforme o art. 27, parágrafo único da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), não se aplicando este critério aos demais candidatos;

b) obtiver a maior nota, apurada pela média aritmética das notas de cada examinador, na prova escrita;

c) obtiver a maior nota na prova oral;

d) obtiver a maior nota na análise do currículo e apreciação dos títulos;

e) tiver a maior idade.

17.3. A classificação dos candidatos aprovados será pela ordem decrescente de suas respectivas notas finais globais, dadas a conhecer em sessão pública.

17.4. O número máximo de candidatos aprovados que figurarão no resultado definitivo do certame é o definido de acordo com o disposto no Anexo III do Decreto nº 9.739/2019 e alterações posteriores, a saber:

Código da Vaga	Quantidade total de vagas	Quantidade máxima de aprovados
TEC - 001	1	6
TEC - 002	1	6
TEC - 003	1	6
TEC - 004	1	6
TEC - 005	1	6
TEC - 006	1	6
TEC - 007	1	6
TEC - 008	1	6

17.4.1. Os quantitativos máximos de aprovados foram distribuídos entre os diferentes perfis de cada cargo, conforme apresentado no Anexo I, de forma proporcional ao número de vagas ofertado por perfil, arredondando para o valor inteiro mais próximo.

17.4.2. Os candidatos aprovados que, pela ordem de classificação da nota final global, excedam o quantitativo máximo de aprovados definido para o perfil, ficarão automaticamente eliminados.

17.5. O relatório da Comissão Examinadora será submetido ao Instituto ACCESS, que decidirá sobre os casos omissos.

17.6. Observado o número existente de vagas, o Diretor do MAST, de posse da relação dos candidatos aprovados no concurso, fará a homologação e providenciará a publicação no DOU, por meio de ato específico do Diretor do MAST.

18. DOS RECURSOS

18.1. Os recursos que venham a ser interpostos pelos candidatos deverão ser dirigidos ao Instituto ACCESS, que os apreciará e dará publicidade do seu julgamento.

18.1.1. Para interpor recurso, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.access.org.br, fazer login no sistema através do CPF e senha e, na "Área do Candidato", clicar em "Recursos".

18.1.2. O Instituto ACCESS não se responsabiliza por pedidos de recurso não recebidos, recebidos de forma incompleta ou fora do prazo, em decorrência de problemas técnicos dos computadores e/ou servidores de internet, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência eletrônica dos dados.

18.2. Os recursos referentes às inscrições deverão ser apresentados em até 2 (dois) dias úteis contados a partir da divulgação da lista preliminar dos candidatos oficialmente inscritos no certame.

18.3. Os recursos referentes às provas e ao julgamento das Comissões Examinadoras deverão ser apresentados em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado final no DOU. Não serão aceitos recursos após este período.

18.4. Somente será considerado recurso de nulidade do concurso, mediante a comprovação de fatos e irregularidades graves ocorridas no processo de avaliação final, formulado num prazo não superior a 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado final no DOU, dirigido ao Instituto ACCESS. Não caberá recurso às decisões das Comissões Examinadoras referentes à avaliação de mérito.

19. DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO

19.1. O prazo de validade do concurso será de 24 meses (vinte e quatro), contados a partir da data de publicação no DOU da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, no interesse do MAST, com base no art. 43, § 1º, do Decreto nº 9.739/2022.

20. DA NOMEAÇÃO

20.1. A classificação no concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de ser nele provido, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência do MAST.

20.2. A nomeação do candidato cujo nome conste na relação de homologação do resultado final do concurso, classificado dentro da quantidade de vagas oferecidas, conforme estabelecido neste Edital, obedecerá à estrita ordem de classificação e deverá ser publicada no DOU.

20.2.1. A convocação dos candidatos pretos ou pardos aprovados e classificados no concurso observará a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.

20.3. O candidato nomeado que não se apresentar para a posse do cargo no prazo legal de 30 (trinta) dias, perderá o direito à vaga, conforme previsto no art. 13, § 6º da Lei nº 8.112/1990.

20.4. Havendo desistência do candidato antes da nomeação, ou o não cumprimento, por parte do candidato classificado, das exigências legais dentro dos prazos estipulados pelo Regime Jurídico Único ou dos requisitos para investidura no cargo previstos neste Edital, facultar-se-á ao Diretor do MAST a sua substituição, convocando o candidato com classificação imediatamente inferior, dentro do mesmo cargo e perfil, observando o limite de candidatos aprovados estabelecido no Edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Para efeitos do cumprimento de prazos, considerar-se-á sempre às 23h59m da data apazada, salvo quando indicado explicitamente.

21.2. O candidato aprovado e classificado no concurso deverá manter seu endereço de contato atualizado junto ao Serviço de Recursos Humanos do MAST, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato os eventuais prejuízos decorrentes da não atualização dessa informação.

21.3. As despesas decorrentes da participação em todas as fases e procedimentos do concurso, inclusive os referentes à transferência de domicílio para posse de cargo, correrão por conta do candidato, que não terá direito a ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

21.4. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas do candidato, valendo para tal fim os resultados publicados no DOU.

21.5. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas a notas de candidato reprovado.

21.6. A documentação apresentada pelo candidato no ato da inscrição no concurso, bem como à referente à análise do currículo e apreciação dos títulos, permanecerá arquivada no Serviço de Recursos Humanos do Museu de Astronomia e Ciências Afins, de acordo com a legislação vigente.

21.7. O candidato, ao efetuar sua inscrição no concurso, autoriza de forma explícita que o MAST disponha de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, exclusivamente de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

21.8. A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, das provas, da nomeação e/ou da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e utilização de meios ilícitos durante a realização das provas, observado o devido processo legal.

21.9. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do MAST, ouvida a Comissão Interna de Concurso.

21.10. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de Edital de Retificação.

MARCIO FERREIRA RANGEL



ANEXO I - PERFIS DOS CARGOS EM CONCURSO

vaga Número de vagas reservadas para candidatos com deficiência - 1 (uma)

vagas Número de vagas reservadas para candidatos pretos e pardos - 2 (duas)

Número de vagas de ampla concorrência - 5 (cinco) vagas

Perfil 1:

Código da Vaga: TEC - 001

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Pleno - I

Área de atuação: Educação em Ciências

Número de vagas: 1 (uma) para ampla concorrência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de graduação em Ciências Exatas e da Terra (Astronomia ou Física ou Matemática ou Estatística ou Química ou Geografia ou Geologia ou Meteorologia ou Oceanografia), registrado em instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Ter o grau de Mestre em Ciência Exatas e da Terra, ou ter realizado, durante, pelo menos, três anos, atividades de pesquisa em divulgação ou ensino da astronomia ou astrofísica ou física, ações de divulgação e popularização em Astronomia como, por exemplo: cursos, oficinas e palestras para o público; planejamento e desenvolvimento de exposições; elaboração de recursos educacionais (jogos, multimídia, aparatos interativos, textos, etc.); organização de eventos de divulgação de ciência; ações de formação continuada de professores.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Desenvolver inovações em metodologias e práticas de divulgação e popularização em Astronomia para públicos de diversos perfis. Atuar rotineiramente na formação de educadores museais do MAST. Elaborar materiais na temática. Atuar rotineiramente nas ações de popularização de ciência que envolvem a instituição. Atuar rotineiramente na formação e orientação dos educadores museais e bolsistas do MAST. Atuar nas pós-graduações de interesse da instituição. Atuar em cursos presenciais e online de astronomia e áreas afins. Atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição para a área de Educação e Popularização da Ciência.

Conteúdo Programático para:

Prova objetiva: Educação Não Formal e Informal; Divulgação e Popularização da Ciência e Tecnologia; Museus de Ciência e Tecnologia.

Prova escrita e oral: Formação Inicial e Continuada de Professores em Astronomia; Astronomia na Educação Básica e Concepções Alternativas; Interdisciplinaridade na Astronomia: História e Filosofia; Astronomia nas Culturas; Astronomia para o Desenvolvimento Sustentável, Patrimônio Astronômico Mundial, Poluição Luminosa e Constelações de Satélites; Astronomia e Arte; Tópicos de Educação e Divulgação em Astronomia contemporâneos: Ciência cidadã, Fake news e verificação de fatos, Tecnologias da Informação e Comunicação; Observatórios Virtuais, Astrofotografia; Lunetas e Telescópios: de valor histórico, didáticos e grandes telescópios; Sistema Solar, Sistemas Planetários, Astrobiologia, Astrofísica Solar e Estelar; Astrofísica do meio interestelar e Galáctica e Astrofísica Extragaláctica e Cosmologia.

Perfil 2:

Código da Vaga: TEC - 002

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Pleno - I

Área de atuação: Educação em Ciências

Número de vagas: 1 (uma) para ampla concorrência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de graduação em Ciências da Computação, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, registrado em instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Ter o grau de Mestre em Educação, Divulgação Científica ou Ensino de Ciências ou ter realizado, durante, pelo menos, três anos, atividade de pesquisa e desenvolvimento em metodologias ativas, colaborativas, criativas, tecnologias digitais, robótica ou cultura maker para fins de educação, com experiência em projetos de tecnologias digitais, robótica ou cultura maker para fins de educação.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Coordenar e realizar ações, programas, projetos e estudos para o desenvolvimento de produtos tecnológicos e de inovação educacional para fins de comunicação pública da ciência e da tecnologia no âmbito de museus de ciência e tecnologia. Atuar rotineiramente nas ações de popularização de ciência que envolvem a instituição. Atuar segundo os parâmetros determinados pelo Plano Diretor da instituição para a área de Educação e Popularização da Ciência.

Conteúdo Programático para:

Prova objetiva: Educação Não Formal e Informal; Divulgação e Popularização da Ciência e Tecnologia; Museus de Ciência e Tecnologia.

Prova escrita e oral: Robótica e Programação Educacional; Pensamento Computacional com enfoque Construcionista; Produção e Avaliação de Ambientes de Apoio a Aprendizagem em Ciências; Abordagem Multimídia para Criação de Ambientes Virtuais; Ambientes de Aprendizagem Inteligentes; Pesquisa e Inovação em Experiências Multissensoriais para Educação; Tecnologias Digitais e ambientes computacionais para pessoas com deficiência; Desenvolvimento de objetos de aprendizagem; Uso de novas tecnologias na Educação para a Inclusão Social; Uso de novas tecnologias na Educação para a Emergência Climática; Inteligência artificial e Educação; Internet das Coisas e Educação.

Perfil 3:

Código da Vaga: TEC - 003

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Pleno - I

Área de atuação: Museologia

Número de vagas: 1 (uma) para preto ou pardo

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de graduação em Museologia e mestrado (acadêmico ou profissional) em Museologia ou História ou Memória Social ou Ciência da Informação, ou ter realizado, durante, pelo menos, três anos, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no campo da Museologia ou História ou Memória Social ou Ciência da Informação, no registro e catalogação de coleções museológicas, com domínio das técnicas de redação acadêmica. Registro no conselho de classe.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Gerenciar os acervos museológicos do MAST e seus espaços de guarda, realizar atividades de documentação museológica das coleções do MAST, pesquisar sobre os objetos das coleções do MAST, colaborar para a organização de eventos acadêmicos no campo e para as exposições museológicas desenvolvidas pelo MAST. Participar da elaboração de catálogos ou outros instrumentos de pesquisa e disseminação de informações, da realização de estudos de cultura material; participar da organização e montagem de exposições; e participar de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos temas da Museologia.

Conteúdo Programático da Prova Objetiva e Discursiva: 1. Museus e museologia, em geral e em particular de ciência e técnica: conceituação; história e a interface com as ciências sociais, naturais e exatas; o Patrimônio Cultural da Ciência e da tecnologia e inovação (referências materiais e imateriais; políticas e legislação cultural (federal, estadual e municipal). 2. Museologia aplicada. 2.1. Documentação de acervos: investigação sobre coleções de C&T (estudos analíticos), inventário, registro, catalogação, classificação, políticas de aquisição e descarte. 3. Preservação e conservação preventiva de acervos: gerenciamento e monitoramento ambiental; higienização; acondicionamento. 4. Reservas técnicas: conceituação, instalação e funcionamento. 5. Divulgação de acervos de C&T considerando as mídias digitais. 6. Acervos de C&T em exposições museológicas.

Temas para o sorteio da prova oral: 1. Museus e museologia, em geral e em particular de ciência e técnica 2. Museologia aplicada a acervos de C&T. 3. Preservação e conservação preventiva de acervos de C&T. 4. Reservas técnicas.

Perfil 4:

Código da Vaga: TEC - 004

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Pleno - I

Área de atuação: Museologia

Número de vagas: 1 (uma) para ampla concorrência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Ter o grau de Mestre (profissional ou acadêmico) em Arquitetura, ou Restauração em Arquitetura, ou em conservação e restauração de monumentos e núcleos históricos, ou em áreas similares, ou ter realizado, durante, pelo menos, três anos, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área do perfil, que lhe atribua habilitação correspondente. Registro no conselho de classe.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Elaborar projetos de intervenção e acompanhar as intervenções nas edificações do campus do MAST, em especial as históricas; liderar equipe de manutenção/conservação para fins de conservação das edificações do MAST; elaborar relatórios técnicos relacionados às intervenções realizadas; auxiliar na elaboração de termos de referência para contratação de serviços de conservação de bens tombados; fiscalizar contratos relacionados à conservação das edificações do MAST.

Conteúdo Programático: 1. Interfaces entre museus, Arquitetura e conservação de edificações históricas, em geral, e em particular relacionadas à ciência e técnica: conceituação, história, preservação de patrimônio histórico e cultural; 2. Teorias da restauração de edificações; 3. Materiais e técnicas de intervenção em edificações históricas; 4. Desenvolvimento de projetos de arquitetura; 5. Desenho técnico e suas normas; 6. Legislação profissional; 7. Sistemas construtivos; 8. Execução de obras; 9. Paisagismo.

Temas para o sorteio da prova oral: 1. Arquitetura e preservação de patrimônio histórico e cultural. 2. Teorias da restauração de edificações. 3. Materiais e técnicas de intervenção em edificações históricas. 4. Desenvolvimento de projetos de arquitetura.

Perfil 5:

Código da Vaga: TEC - 005

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Pleno - I

Área de atuação: Museologia

Número de vagas: 1 (uma) para pessoa com deficiência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de graduação em Museologia ou em Conservação; mestrado (acadêmico ou profissional) em Conservação ou Museologia ou História ou Memória Social ou Ciência da Informação; ou ter realizado, durante, pelo menos, três anos, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no campo da Conservação, que lhe atribua habilitação correspondente. Ter experiência com a conservação (curativa e preventiva) de coleções museológicas; e ter participado de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico sobre conservação. Para os candidatos Museólogos é, ainda, exigido o registro no conselho de classe.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Gerenciar e realizar atividades de conservação das coleções do MAST e dos ambientes expositivos, ser responsável pelo gerenciamento do Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos - LAMET; atualizar as práticas de gerenciamento de riscos nos espaços sob a responsabilidade da Coordenação de Museologia; pesquisar sobre a conservação dos objetos das coleções do MAST e sobre os ambientes de guarda; acompanhar os parâmetros do ambiente de guarda dos acervos; colaborar para a organização de eventos acadêmicos no campo e para as exposições museológicas desenvolvidas pelo MAST.

Conteúdo programático: 1. História da conservação; 2. Teorias da conservação-restauração; 3. Preservação, conservação curativa, conservação preventiva, restauração - definições, conceitos e exemplos; 3.1 Cartas patrimoniais para conservação; 3.2 Os organismos internacionais e a conservação; 4. Agentes agressores e conservação preventiva, equipamentos, temperatura, umidade relativa, iluminação (radiação), poluentes atmosféricos, insetos, roedores e fungos, outros fatores (humanos, edificação etc.); 5. Técnicas analíticas para auxílio na conservação; 7. Conservação de objetos metálicos e conservação e restauração de instrumentos científicos.

Temas para o sorteio da prova oral: 1. História da conservação; 2. Teorias da conservação-restauração; 3. Preservação, conservação curativa, conservação preventiva, restauração - definições, conceitos e exemplos; 4. Agentes agressores e conservação preventiva; 5. Técnicas analíticas para auxílio na conservação; 6. Conservação de objetos metálicos e conservação e restauração de instrumentos científicos.

Perfil 6:

Código da Vaga: TEC - 006

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Júnior - I

Área de atuação: Documentação e Arquivo

Número de vagas: 1 (uma) para preto ou pardo

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de bacharel em Biblioteconomia, expedido por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas, e devidamente registrado nos órgãos de classe competentes quando da investidura no cargo, de acordo com a legislação em vigor.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Preservar e manter sob sua guarda o acervo bibliográfico do MAST, controlando os procedimentos para consulta, empréstimo e reprodução, segundo as normas biblioteconômicas; constituir e manter atualizada a base de dados do acervo da biblioteca; produzir catálogos, alimentar bases de dados e outros instrumentos para divulgação do acervo bibliográfico do MAST; realizar o inventário da biblioteca dentro da periodicidade estabelecida; normalizar, no que se refere à sua área de atuação, as publicações produzidas pelo MAST; controlar o acesso e o uso da internet para o público externo, no seu âmbito de atuação; executar programas de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse; e elaborar manuais de procedimentos técnicos para gestão do acervo bibliográfico sob a guarda do MAST; Executar outras atividades de interesse e nível de complexidade na sua de especialidade.

Conteúdo programático: 1. Fundamentos teóricos de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação; 2. Gestão de bibliotecas: administração, planejamento e marketing de bibliotecas e serviços de informação; 3. Desenvolvimento de coleções: teorias, políticas e processos; 4. Coleções especiais e obras raras: definições e tratamento; 5. Organização e tratamento da informação: 5.1. Representação descritiva-AACR2, RDA, formato MARC; 5.2. Representação temática da informação: indexação e classificação (CDU); 6. Serviços de atendimento ao usuário: teoria e prática de referência, fontes de informação, disseminação da informação, recuperação da informação, estratégias de busca, bancos e bases de dados nacionais e estrangeiras, comutação bibliográfica, serviço de referência virtual, estudo de usuários; 7. Normalização documental: normas da ABNT; 8. Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas à gestão e serviços de bibliotecas; 9. Preservação de acervos bibliográficos; 10. Repositórios institucionais; 11. Ética bibliotecária.

Temas para sorteio da prova oral: 1. Fundamentos teóricos de Biblioteconomia; 2. Coleções especiais e obras raras: definições e tratamentos; 3. Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à gestão e serviços de bibliotecas; 4. Repositórios Institucionais.

Perfil 7:

Código da Vaga: TEC - 007

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Pleno - I

Área de atuação: Documentação e Arquivo

Número de vagas: 1 (uma) para ampla concorrência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de graduação em conservação e restauração de bens culturais móveis, devidamente registrado em instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), ou portador de



diploma de graduação nas áreas de Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia, História ou Artes, com especialização ou mestrado em preservação ou conservação de bens culturais ou patrimônio. Ter o grau de Mestre ou ter realizado, durante, pelo menos, três anos, atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em conservação e restauração de acervos em suporte papel, que lhe atribua habilitação correspondente. Para os candidatos Museólogos e Bibliotecários é, ainda, exigido o registro no conselho de classe.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Planejar, coordenar, administrar, supervisionar, avaliar e executar atividades referentes à política de conservação e restauração dos acervos arquivísticos e bibliográfico sob a guarda do MAST; Coordenar, planejar e executar a conservação e restauração de acervos em suporte papel; Gerenciar e participar de ações, programas e projetos de conservação em acervos de C&T; Coordenar e desenvolver pesquisa científica e tecnológica e orientação de equipes nas atividades técnico-acadêmicas na sua área de atuação; Assessorar instituições de C&T na preservação de acervos arquivísticos e bibliográficos se científicos; Desenvolver e produzir estudos, metodologias e protocolos de conservação e restauração de acervos em papel e livros; Orientar e executar treinamento, aperfeiçoamento e supervisão de pessoas e equipes técnicas, bem como ministrar cursos na área de conservação de documentos gráficos em C&T; Orientar, planejar e coordenar a realização de eventos como seminários, colóquios, concursos e outras atividades de caráter cultural, técnico e científico, em âmbito nacional ou internacional, na sua área de especialidade; Executar no MAST outras atividades de interesse e nível de complexidade na sua de especialidade.

Conteúdo programático: 1. História e teoria da conservação e restauração de bens culturais; 2. Códigos de ética e princípios da conservação-restauração; 3. Patrimônio cultural, classificação, conceitos e mecanismos para a sua preservação; 4. Gestão de conservação preventiva de acervos arquivísticos e bibliográficos históricos: diagnóstico, equipamentos de monitoramento e controle do meio ambiente e climatização, iluminação, poluentes e agentes biológicos em depósito, sala de consulta e áreas de exposição; 5. Gestão de riscos para preservação de coleções e arquivos; 6. política de segurança de acervos; 7. Acondicionamento de acervos documentais: função, materiais e técnicas de confecção de invólucros, envelopes e caixas; 8. Intervenções de conservação e restauração em papel, encadernados e material fotográfico; 9. Identificação de técnicas e materiais em suporte papel de documentos arquivísticos e bibliográficos; 10. Avaliação e diagnóstico do estado de conservação; 11. Documentação de conservação: fichas-diagnóstico 12. Caracterização e exames organolépticos e testes; registros por imagens; 13. Higienização, conservação-restauração e integridade histórica e estética; 14. Exames instrumentais como microscopia e espectroscopia; 15. Manuseio de máquinas, equipamentos e instrumentos de laboratório empregados na conservação e restauração de acervos em papel.

Temas para sorteio da prova oral: 1. Gestão da conservação e restauração de bens culturais; 2. Acondicionamento de acervos documentais: função, materiais e técnicas de confecção de invólucros, envelopes e caixas; 3. Identificação de técnicas e materiais em suporte papel de documentos arquivísticos e bibliográficos; 4. Exames instrumentais como microscopia e espectroscopia.

Perfil 8:

Código da Vaga: TEC - 008

Cargo: Tecnologista

Classe/Padrão: Júnior - I

Área de atuação: Documentação e Arquivo

Número de vagas: 1 (uma) para ampla concorrência

Quantidade máxima de candidatos aprovados: 6 (seis)

Pré-requisitos: Profissional portador de diploma de Bacharel em arquivologia, expedido por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas.

Descrição sumária das funções exercidas no cargo: Planejamento e organização das atividades e serviços prestados pelo arquivo, especificamente aquelas afetas ao tratamento de arquivos históricos; Avaliação, seleção, classificação, arranjo e descrição de documentos de arquivos históricos; Elaboração de instrumentos de busca e pesquisa, incluindo base de dados; Desenvolvimento de estudos, pesquisas no campo arquivístico; Coordenação de pesquisa e orientação de equipes nas atividades técnico-acadêmicas na sua área de atuação; Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; Executar outras atividades de interesse e nível de complexidade na sua de especialidade.

Conteúdo programático: 1. Arquivos permanentes e históricos; 2. Instrumentos de pesquisa; 3. Arranjo e descrição de documentos; 4. Base de dados; 5. Políticas de aquisição; 6. Terminologia Arquivística; 7. Tipologia documental;

8. Princípios e funções arquivísticas; 9. Lei de Acesso à Informação; 10. Resoluções do CONARQ sobre arquivos digitais.

Temas para sorteio da prova oral: 1. Base de dados; 2. Arranjo e descrição de documentos; 3. Terminologia arquivística; 4. Tipologia documental.

ANEXO II - QUADRO DE REMUNERAÇÕES

A remuneração é composta de vencimento, acrescida da gratificação de desempenho (GDACT) e da Retribuição por Titulação (RT). A RT pode ser requisitada pelo servidor que possuir diploma de conclusão de curso de especialização, mestrado ou doutorado. O quadro 1 indica o rendimento bruto, em reais, conforme Medida Provisória nº 1.170, de 28/4/2023. O quadro 2 indica os valores da retribuição por titulação, de acordo com o cargo, classe, padrão e nível da titulação.

QUADRO 1: Valores da remuneração sem a retribuição por titulação.

Cargo	Classe / Padrão	Vencimento básico	GDACT (valor máximo)*	Valor total
Tecnologista	Júnior I	R\$ 5.211,48	R\$ 1.814,00	R\$ 7.025,48
	Pleno I	R\$ 5.913,57	R\$ 1.974,00	R\$ 7.887,57
	Pleno II	R\$ 6.710,29	R\$ 2.152,00	R\$ 8.862,29

(*) Depende da avaliação institucional e individual do servidor.

QUADRO 2: Valores da retribuição por titulação.

Cargo	Classe / Padrão	Especialização	Mestrado	Doutorado
Tecnologista	Júnior I	R\$ 992,52	R\$ 1.933,13	R\$ 4.161,21
	Pleno I	R\$ 1.131,38	R\$ 2.203,59	R\$ 4.746,56
	Pleno II	R\$ 1.290,76	R\$ 2.512,70	R\$ 5.412,57

ANEXO III - QUADRO DE PONTUAÇÃO PARA ANÁLISE DE TÍTULOS E CURRÍCULO

Os pontos desta etapa serão calculados pela soma das Pontuações Calculadas (PC), que representam a pontuação unitária (PU) multiplicada pelo número de ações ou atividades (N) realizadas em cada item especificado no Quadro.

Item	Pontuação	
	Pontuação	Unitária (PU)
Formação Acadêmica	Máximo de 10 pontos	
Especialização na área do pré-requisito do perfil (mínimo de 360 horas)	2,00	
Mestrado na área do pré-requisito do perfil	4,00	
Doutorado na área do pré-requisito do perfil	6,00	
Atividades Técnico-Científicas	Máximo de 40 pontos	
Elaboração de projetos técnicos com aprovação comprovada.	1,00	
Participação em projetos de exposições culturais-científicas, documentação e conservação de acervos, ou organização de evento de divulgação científica.	1,00	
Participação no desenvolvimento de programas e aplicativos nas áreas de Arquivo e Documentação, Educação em Ciências, Museologia e História da Ciência.	1,00	

Elaboração e/ou produção de produtos ou publicações técnicas (inventário, catálogo, material didático, dossiê de restauração, etc.)	2,00
Produção de recursos educacionais ou de divulgação científica (filme, vídeo, esquete de teatro, jogos, brinquedos, meio multimídia de divulgação científica etc.)	2,00
Coordenação e/ou organização de evento científico nacional ou internacional.	2,00
Produção de documentação museológica ou organização de documentação arquivística (pontos por arquivo ou coleção trabalhada) para acervos de Ciência e Tecnologia (C&T).	4,00
Conservação de acervos de C&T (pontos por arquivo ou coleção trabalhada).	4,00
Publicações	Máximo de 25 pontos
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação internacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes A e B1	2,00
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação internacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes B2 e B3	1,50
Artigo publicado em periódico especializado, com corpo de parecerista (circulação nacional). Indexadores SCI, Scielo, Latindex, Scopus e/ou Qualis Capes C e D	0,50
Livro resultante de pesquisa, ou didático, ou paradidático ou de divulgação.	2,50
Capítulo de livro.	0,50
Trabalho completo publicado em anais de congresso (internacional).	0,50
Trabalho completo publicado em anais de congresso (nacional).	0,25
Artigo ou texto de divulgação publicado em periódico de grande circulação ou resenha	0,25
Participação em eventos e reuniões técnico-científicas	Máximo de 25 pontos
Conferência / palestra como convidado em evento internacional / nacional	0,50
Conferência / palestra como convidado em evento regional/ estadual / institucional	0,25
Participação em mesa-redonda como convidado em evento nacional / internacional	0,25
Participação em mesa-redonda como convidado em evento regional / estadual / institucional	0,25

(*)Republicação do EDITAL Nº 2/2023, de 10 de outubro de 2023, por ter constado incorreções, quanto ao original, na Edição 195-A, do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2023, Seção 3 - Extra A, Página 12.

OBSERVATÓRIO NACIONAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 270/2023 - UASG 240126

Nº Processo: 01210.000270/2023. Objeto: Serviços de Conservação e Restauração do imóvel denominado Casa Rosa, localizado no Campus do Observatório Nacional, na Rua General José Cristino, 77 - São Cristóvão, RJ, com fornecimento de material e mão de obra conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 29/12/2023 das 09h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00. Endereço: Rua General Jose Cristino 77, - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/edital/240126-5-00270-2023>. Entrega das Propostas: a partir de 29/12/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 05/02/2024 às 11h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JOAO SANT ANNA
Chefe do Serviço de Apoio Logístico

(SIASGnet - 28/12/2023) 240126-00001-2023NE800014

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIAS NUCLEARES DO NORDESTE

EDITAL Nº 1, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023

O Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste, em atendimento ao disposto no Artigo 2º, Inciso IV, alíneas b) e c) da Lei nº 6189, de 16/12/1974, e amparado pelo Artigo 3º, Inciso IV, dessa mesma lei, comunica o Edital nº 01/2024, que concederá uma bolsa do seu Programa de Bolsa de Estudos, na modalidade de Bolsa de Estudos Avançados (BEA). O Edital será publicado no portal do CRCN-NE (<https://www.gov.br/crcnne/pt-br>) e da CNEN (gov.br/cnen). O período de inscrição iniciará em 01 de janeiro de 2024 e se encerrará em 12 de janeiro de 2024. A inscrição se fará, exclusivamente, por e-mail, não sendo aceitas inscrições solicitadas ou encaminhadas por outros meios. Os candidatos serão julgados por uma Comissão de Avaliação nomeada pela diretoria do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste.

CARLOS ALBERTO BRAYNER DE OLIVEIRA LIRA
Diretor do Centro Regional de Ciências Nucleares do Nordeste

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2023 - UASG 113205

Nº Processo: 01344.001431/2023-60.
Pregão Nº 12/2023. Contratante: COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN.
Contratado: 12.373.559/0001-46 - SERVICE IT SECURITY LTDA. Objeto: Contratação de solução para proteção de Endpoints e servidores de rede, incluindo serviços de migração da solução e serviços gerenciados, por lote único.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 28/12/2023 a 28/12/2025. Valor Total: R\$ 245.139,00. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2023 - UASG 113205

Nº Processo: 01344.001255/2023-66.
Inexigibilidade Nº 636/2023. Contratante: COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR-CDTN.
Contratado: EX1132167 - THERMO ELECTRON NORTH AMERICA LLC / USA. Objeto: Fornecimento e instalação de espectrômetro de massas multicoletor de alta resolução, NEOMA MC-ICPMS.
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25 - Inciso: I. Vigência: 28/12/2023 a 28/12/2025. Valor Total: R\$ 3.793.248,87. Data de Assinatura: 28/12/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 28/12/2023).

